



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 30 DE OUTUBRO E 03 DE NOVEMBRO DE 2014
3. REQ. N. 1587/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 366/14, DATADO DE 23/10/2014 – CRISTIANA ALEXANDRA BATISTA DOMINGUES
4. REQ. N. 1576/14, DATADO DE 21/10/2014 – PC N.º 319/14, DATADO DE 29/03/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
5. REQ. N. 1503/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 345/14, DATADO DE 09/10/2014 – JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE
6. REQ. N. 1529/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 307/14, DATADO DE 10/09/2014 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

7. REQ. N. 1654/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 340/14, DATADO DE 07/10/2014 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS
8. REQ. N. 1634/14, DATADO DE 28/10/2014 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/2004 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA
9. REQ. N. 1709/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 165/14, DATADO DE 16/05/2014 – ADELINO BENTO DA FONSECA
10. REQ. N. 1585/14, DATADO DE 22/10/2014 – PC N.º 365/14, DATADO DE 22/10/2014 – SIRE SOC INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA
11. REQ. N. 1685/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 750/06, DATADO DE 1/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.
12. REQ. N. 1686/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 751/06, DATADO DE 1/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.
13. REQ. N. 1591/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 342/14, DATADO DE 08/10/2014 – PELACERTA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. E VITOR RUI PEREIRA DINIS
14. REQ. N. 1674/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 284/11, DATADO DE 26/07/2011 – CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.
15. REQ. N. 1258/12, DATADO DE 30/07/2012 – PC N.º 209/11, DATADO DE 31/05/2011 – TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
16. REQ. N. 1625/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º 168/09, DATADO DE 30/07/2009 – CARLA SOFIA SANTOS COSTA
17. REQ. N. 766/13, DATADO DE 21/05/2013 – PC N.º 18/12, DATADO DE 19/01/2014 – ROSA NETO DUARTE
18. REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003 – PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA
19. REQ. N. 1235/14, DATADO DE 14/08/2014 – PC N.º 622/95, DATADO DE 18/05/1995 – OUTEIROBRA-CONSTRUÇÕES CIVIS,LDA
20. REQ. N. 1349/14, DATADO DE 11/09/2014 – PC N.º 411/2014, DATADO DE 11/09/2014 – ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES
21. REQ. N. 1715/14, DATADO DE 07/11/2014– PC N.º 396/14, DATADO DE 07/11/201 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

22. REQ. N. 1414/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 320/14, DATADO DE 25/09/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.
23. REQ. N. 1604/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 369/14, DATADO DE 24/10/2014 – NOS COMUNICAÇÕES, SA
24. REQ. N. 1704/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 394/14, DATADO DE 07/11/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A
25. REQ. N. 1689/14, DATADO DE 05/11/2014– PC N.º 389/14, DATADO DE 05/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
26. REQ. N. 1714/14, DATADO DE 07/11/2014– PC N.º 395/14, DATADO DE 07/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
27. REQ. N. 1222/14, DATADO DE 13/08/2014– PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA – ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, S.A.
28. REQ. N. 1527/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
29. DELIMITAÇÃO E APROVAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA MARINHA GRANDE
30. 22.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 4.ª REVISÃO
31. LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015
32. PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE”*.
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2015 E 2016”*.

35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA”*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2015.
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO, DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL, PRODUÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS”*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2015.
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE *“CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2015”*
38. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”*.
39. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”*.
40. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2015”*.

41. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE"*, PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017.
42. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA EVENTOS E ESPETÁCULOS NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS DE 2015 E 2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/170 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2014/A/88 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
44. AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2014/A/183 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
45. PROGRAMAÇÃO CULTURAL PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS MESES DE JANEIRO A MARÇO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
46. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS 2015 E 2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO –

**PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES
MUNICIPAIS DE 2014**

- 47. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A
TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUÍDO ILUMINAÇÃO
PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A
ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA
ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO –
PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/9, 2014/A/10 E 2014/A/156 DO PLANO
DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014**
- 48. SERVIÇO DE PORTARIA PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM PARA O PERÍODO DE
01/01/2015 A 30/09/2017
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A
ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA
ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO –
PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/109 DO PLANO DE ATIVIDADES
MUNICIPAIS DE 2014**
- 49. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º
127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS
ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 SETEMBRO A 31 DE OUTUBRO DE 2014.**
- 50. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O “FORNECIMENTO DE
ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O
PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2015”**
- 51. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE
“TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS,
CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO
2015”**
- 52. BENEFICIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM – AJUSTE DIRETO N.º
25/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A
ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA
ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO –
PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/33 DO PLANO PLURIANUAL DE
INVESTIMENTOS DE 2014**

53. BENEFICIAÇÃO DAS ESCOLAS E POLIDESPORTIVO DA PRAIA DA VIEIRA – AJUSTE DIRETO N.º 30/2014
E
TRABALHOS DE MANUTENÇÃO NA ESCOLA DE CASAL DE MALTA – EB1 E JI” – AJUSTE DIRETO N.º 16/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/34 E 2014/I/40 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
54. REQUALIFICAÇÃO DO RECREIO COBERTO DA ESCOLA PROFESSOR FRANCISCO VERÍSSIMO – AJUSTE DIRETO N.º 21/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/39 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
55. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE ESPECIALIDADES PARA REQUALIFICAÇÃO / ADAPTAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 3 DO PILADO
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/16 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
56. REABILITAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/26 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
57. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO ELÉCTRICO NA ÁREA DA ANTIGA INSTALAÇÃO DA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/26 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

58. REPARAÇÃO DE CAIXAS DE VISITA DAS REDES PÚBLICAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/74 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
59. REQUALIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO DA MOITA – CONCURSO PÚBLICO N.º 18/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/1/38 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
60. AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TRAVESSA DO BAIRRO, RUA DA LONGA E RUAS CONFINANTES – VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 08/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/1/48 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
61. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA 9 DE ABRIL, RUA ANTÓNIO MAGALHÃES JÚNIOR, AVENIDA ANÍBAL GUEDES COELHO E TROÇO DA AVENIDA VITOR GALLO – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/89 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
62. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA AVENIDA VITOR GALLO – TROÇO ENTRE A RUA MÃE D'ÁGUA E A RUA DIOGO STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/89 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

63. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE – AJUSTE DIRETO N.º 26/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/59 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
64. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE "ALTERAÇÃO DA REDE ELÉCTRICA DO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE"
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/149 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
65. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3) – CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
66. PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA E AS SUAS LIGAÇÕES COM A RUA DAS RAIZES, RUA DOS MAÇARIQUEIROS E LIGAÇÃO DA RUA DA AVENTURA
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
67. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2012/I/60 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014
68. CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO - CONCURSO PÚBLICO N.º 21/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/155 E 2014/I/157 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

69. REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DO PEIXE DA PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2013

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2012/I/67 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

70. CORREÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DOS LEITOS E MARGENS DAS LINHAS DE ÁGUA – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/A/67 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

71. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT - AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS CELEBRADO ENTRE A CIMRL, O MMG E A AHBVMG

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/177 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

72. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT - AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS CELEBRADO ENTRE A CIMRL, O MMG E A AHBVVL

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/177 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

73. P.A. N.º 57/2013-AP/DISU – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PELO PERÍODO DE 12 MESES

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO –

**PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/A/3 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL
DE 2014**

74. PA N.º 29/2011 - AP/DASUP/AAS – PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL E PRODUÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/A/5 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
75. PA N.º 55/2014-AP/DCD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES A ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA INSCRITOS NAS ATIVIDADES DE COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/61 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
76. P.A. N.º 50/2014-AP/DCD- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE VIEIRA DE LEIRIA, EB1 DA PASSAGEM E EB1 ANTÓNIO VITORINO PARA O ANO LETIVO 2014/2015 E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO A FREQUENTAR AULAS NO PÓLO DA EB 2/3 GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO 2014/2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/67 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
77. P.A. N.º 68/2014-AP/DAM – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/184 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

78. P.A. N.º 23/2014-AP/DFTI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO (INTERNET, REDE MÓVEL E REDE FIXA) PARA O PERÍODO DE 24 MESES, COM INÍCIO A 1 DE JULHO DE 2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/2, 2014/A/13 E 2014/A/14 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
79. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO POPULAR PARA A REATIVAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS DA FONOTECA MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA, NO PERÍODO DE JULHO/2012 A JUNHO/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2010/A/138 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
80. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A CRIAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS DA FONOTECA MUNICIPAL DA MOITA, NO PERÍODO DE JULHO/2014 A JUNHO/2017
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/145 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014
81. AUTORIZAÇÃO PARA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO
82. RELATÓRIO E CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M., UNIPessoal, S.A.
83. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA.
RELAÇÃO DAS DECISÕES DE ADJUDICAÇÃO.
84. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

85. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013
86. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES
87. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
88. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
89. ESTORNO ÀS GUIAS DE RECEITA Nºs 22060/2 DE 31-10-2014 E 20082/2 DE 03-10-2014
90. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL - REQUERENTE: EDGAR NETO MOLEIRINHO – MANDATÁRIO: DR. VITOR HUGO APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL
91. RECEPÇÃO DEFINITIVA
92. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A RENDAS EM ATRASO DE AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA, ARRENDATÁRIO RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 99, CAMARNAL.
93. ATRIBUIÇÃO DE FOGO SOCIAL AO CANDIDATO ALEXANDRU PRICOP, ADMITIDO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL.
94. ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DO ARRENDATÁRIO RUI MANUEL SOARES CUNHA, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º DIREITO, CASAL DE MALTA, PARA ENTRADA EM VIGOR EM JANEIRO DO PRÓXIMO ANO.
95. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 49, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 49, CAMARNAL – ANTÓNIO JOSÉ DIAS PEREIRA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
96. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL
97. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO. ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO. RECTIFICAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.

98. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL. ACIMG – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE. INDEFERIMENTO. AUDIÊNCIA PRÉVIA

99. RESUMO DE TESOUREARIA



1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreeveu-se e usou da palavra a seguinte munícipe:

1 – Sr.ª D. Emília Piedade Almeida, residente na Rua do Pinheiro Manso, n.º 24, Pero Neto, Marinha Grande, que manifestou a sua preocupação sobre os seguintes assuntos relacionados com o lugar do Pero Neto, e para os quais pediu resolução:

- Animais – devem ser zelados, mas também tem que haver preocupação com os humanos. As autoridades devem tomar medidas no caso dos cães que atacam pessoas em S. Pedro de Moel. Chamou ainda a atenção para o facto de ninguém retirar os animais mortos da estrada, e ser ela própria que o costuma fazer.
- Coletor do Pero Neto – depois das obras deixaram lá muitos materiais que não foram retirados. Os terrenos não estão limpos, têm muito mato e andam por lá muitas ratazanas. Foram feitas limpezas no Pero Neto mas a estrada principal não foi limpa. As linhas de água não são limpas do lixo que se acumula e assim as águas não circulam e não entram no coletor.
- Lavadouro – está sujo porque as pessoas não têm cuidado com a limpeza. Ela própria já o lavou com lixívia por mais do que uma vez.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Já conhece os terrenos em causa, que são de privados e cujos proprietários não os cuidam. Tem que ser feita a denúncia para que a Proteção Civil os notifique para limparem os terrenos e as linhas de água, uma vez que é da sua responsabilidade.
- ⇒ Neste momento a competência para a limpeza dos caminhos encontra-se delegada nas Juntas de Freguesia, pelo que vai falar com a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande para articular a melhor forma de limpar os caminhos no Pero Neto.

Antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente** leu a carta enviada pela Administração da Santos Barosa – Vidros, S.A., que assinala o 125.º aniversário da empresa, e na qual agradecem o apoio da cidade da Marinha Grande e dos seus cidadãos à sua atividade.

A Câmara tomou conhecimento.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** pediu a palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, realçou a posição do Município no ranking da transparência, com a conquista do 7.º lugar, quando há um ano estava em 216.º.

De seguida proferiu a declaração que se transcreve:

“O Município da Marinha Grande está em 7.º lugar no índice de transparência municipal, organizado por uma entidade independente.

Esta posição é resultado de um trabalho sistemático iniciado em janeiro de 2013 e que ainda não está concluído.

Reconhecemos que uma das percepções das pessoas relativamente à Câmara Municipal consistia na deficiência de comunicação e interação com os munícipes.

Perante esta realidade foi definida uma estratégia que passou pela reorganização dos serviços municipais e pelo reescalonamento de prioridades de forma a colmatar essa carência.

É hoje claro e indiscutível que a qualidade e quantidade de informação e da interação com os munícipes melhorou de forma significativa.

Mas, a nossa estratégia ainda não está concluída.

Existem algumas áreas em que é ainda necessário progredir de forma mais acentuada.

Esse é o nosso compromisso. Vamos continuar a avançar em matéria de transparência.

Podemos anunciar desde já que até ao final deste ano será:

- elaborado e aprovado o Código de Ética do Município;*
- disponibilizada, no sítio de internet, uma síntese dos pareceres técnicos emitidos no âmbito das operações urbanísticas;*
- disponibilizada uma nova página de internet.”*

O **Sr. Vereador António Santos** cumprimentou todos os presentes e congratulou-se pelas palavras do Sr. Vice-Presidente, referindo que também trazia este assunto nas notas da sua intervenção.

Seguidamente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Perguntou para quando a abertura definitiva do Jardim Luís de Camões?
- ⇒ Sobre a questão abordada na última reunião relativa ao pagamento das senhas de presença nas eleições, referiu que a mesma munícipe que o abordou para lhe dizer que ainda não tinha recebido contactou-o esta semana para o informar de que o pagamento já tinha sido feito.
- ⇒ Sobre a transparência, e tal como disse no início, congratula-se pelos lugares alcançados a nível distrital e nacional, mas não se deve parar, tomando iniciativas no sentido da desmaterialização da Câmara, tornando-a uma Câmara inteligente, digital e inovadora. Sugeriu ainda que se façam passeios pedestres/BTT, para tornar o nosso concelho mais conhecido.
- ⇒ Sobre o artigo de opinião do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, publicado no Jornal da Marinha Grande desta semana, em que este afirma que os autarcas eleitos do PS, CDU e PSD, se encontram “coligados”, disse não corresponder à verdade, uma vez que o PSD não se encontra coligado com ninguém. Tão só e apenas fez um acordo de compromisso em prol da estabilidade governativa do concelho e do bem comum das suas gentes, por entender que só assim é que se pode governar. Já na campanha de 2009 o seu lema era “não à política do não”, pois foi esta política, em que o PS dizia e a CDU desdizia, ou ao contrário, que colocou o concelho no estado em que está, sem piscina, sem mercado, entre outras faltas. Entende que em boa hora o PS e a CDU deram as mãos, esperando que levem por diante o que se propuseram fazer através dos seus programas eleitorais. Se o fizerem terão o seu apoio, uma vez que, embora criticando, estará sempre disponível para dar solução, por uma política desinteressada e pelo bem comum da população da Marinha Grande.
- ⇒ Manifestou preocupação em relação às matilhas de cães nas matas de S. Pedro de Moel, que representam um perigo público, pelo que se deve diligenciar para que as matas se tornem seguras.
- ⇒ Referiu estar também preocupado com o surto de legionella e com a forma como se faz a propagação, pedindo ao executivo que tome diligências para que as autoridades competentes fiscalizem o nosso ar, uma vez que, à semelhança de Vila Franca de Xira, o nosso concelho também tem fábricas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse, sobre a intervenção da D. Emília Almeida, que ela é uma manifestação de preocupação que é bem-vinda, fazendo votos para que os problemas expostos, a serem verdade, se resolvam.

- ⇒ Enalteceu, uma vez mais, os patinadores de velocidade, do agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, que se sagraram campeões nacionais Indoor em benjamins e escolas. Dos seis títulos em disputa, três vieram para a Marinha Grande. Na mesma competição, realçou ainda os dois excelentes terceiros lugares do Clube Desportivo Moitense. Relembrou que este é um clube que não está incluído no regulamento, e como tal não recebe qualquer apoio nesse âmbito, questionando para quando a revisão do regulamento?
- ⇒ Sobre os Espaços do Cidadão, disse que este assunto veio recentemente à reunião de Câmara e não foi aprovado, porque se seguiu a posição da ANMP. Na altura sugeriu que se negociasse com o Governo, dado o interesse para os municípios. Verifica-se agora que outros municípios vão fazer Espaços do Cidadão, como é o caso de Leiria, que, para além de também pertencer à ANMP, é da CIMRL. Sugere, uma vez mais, que a nossa autarquia equacione o assunto tal como Leiria está a fazer.
- ⇒ Pediu que seja dado um corte nas silvas existentes ao fundo da Rua Machado Santos, junto ao Café Cristal, situação para a qual já tinha alertado o executivo permanente.
- ⇒ Sobre a transparência, disse que é bom estar em 7.º lugar, o que significa que houve um esforço que deve ser reconhecido. Referiu ainda que foi procurar saber porque é que a Marinha Grande estava mal classificada, uma vez que lhe parecia que não haveria razão. Ficou a saber que o estudo só é feito com os dados do site da Câmara, e os indicadores são pontuados a partir daí, num processo binário (o ou 1, consoante tem ou não tem a informação no site), não medindo outros aspetos, como seja se a informação é verdadeira ou não, parecendo-lhe, por isso, que nem o ano passado estávamos tão mal nem este ano estamos tão bem.
- ⇒ Em relação à alteração do dia de realização da presente reunião, disse o seguinte:
“As reuniões de Câmara ordinárias estão agendadas desde o início do mandato para que a sua realização ocorra às quintas-feiras, numa periodicidade quinzenal. Quem, como eu, não tem emprego na câmara, organiza a sua vida, em função deste dado. Toda a minha vida profissional, e não só, é planeada de modo a que quinzenalmente, à quinta-feira, não tenha deslocações para fora do concelho, e assim, garanta a minha presença nas reuniões de câmara, para as quais os marinhenses me elegeram. Na empresa onde trabalho, funcionários, fornecedores e clientes sabem que podem contar comigo todos os dias, exceto nestas quintas-feiras.
O rigor com que o meu planeamento é elaborado tem permitido programar a organização pessoal, empresarial, e garantir os compromissos assumidos. Para afirmar esta metodologia, é fundamental que as pessoas e entidades com quem estou envolvido, assumam um nível de competência que permita a todos uma estabilidade.
Infelizmente, a organização e planeamento na câmara contrariando todas as boas metodologias não cumpre estes desígnios, e amiudadamente altera o que estava definido. Esta semana, o Sr. Presidente alterou a data da reunião ordinária, com o fundamento de que os serviços não tinham a documentação pronta para a enviar

aos membros do executivo, reagendando-a para a data de hoje. Sabendo há muito que a reunião seria na quinta-feira, deveria ter providenciado para que se concretizasse, preparando a documentação necessária. Se a documentação de todos os pontos não estava preparada deveria tê-la feito com os processos documentados.

Esta alteração provocou-me uma enorme perturbação, que manifestei de imediato ao Sr. Presidente quando me informou, dado que há muito tempo tenho um compromisso agendado com o Sr. Provedor de Justiça, impossível de alterar, e, por esse motivo impossibilita-me de participar nesta reunião na sua plenitude.

Deste modo, e no seguimento do que foi feito na última reunião, proponho que façamos apenas uma parte da reunião hoje e uma segunda parte amanhã ou na segunda-feira.

No entanto, analisei todos os pontos da ordem de trabalhos, e deixei expresso o sentido de voto para cada um deles, com indicação das respetivas declarações de voto, para que constem na ata da respetiva reunião. ”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou todos os presentes, deu as boas-vindas à D. Emília, referindo que os munícipes são os olhos do executivo e que os seus problemas são bem-vindos.

Disse que preza a sua sanidade mental, e que a atribuição do apoio ao Nuno Saraiva é a prova evidente de que a demagogia se usa e abusa neste concelho. Se todo o executivo tivesse votado contra como o Sr. Vereador Aurélio, a verdade é que o atleta e o seu clube não receberiam um cêntimo. Pôr isso no jornal como se fosse a melhor coisa e representasse a melhor conduta só prova que a demagogia se serve como se quer. Pugna, e não o esconde do executivo permanente, pela revisão do regulamento, que está a ser estudada e consta da sua agenda, mas outra coisa é votar contra porque não são feitas as alterações como cada um quer.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** cumprimentou todos os presentes, saudando especialmente o regresso do Sr. Vereador Carlos Logrado.

De seguida perguntou ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira se já tem uma solução para a EcoFortunato, tendo este dito que a resposta está na ata.

Lida a ata, o Sr. Vereador Vítor Pereira concluiu que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira afinal não tem resposta para esta situação, pedindo-lhe também a resposta ao requerimento que lhe apresentou e que foi também apresentado pela Sr.ª Vereadora Alexandra.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que tinha a resposta para o Sr. Vereador Vítor Pereira, pelo que este prescindiu do seu tempo para ouvir essa resposta, cujo teor se passa a reproduzir.

“Assunto: Resposta ao requerimento da Sra. Vereadora Alexandra, subscrito por outros membros do executivo permanente

Na reunião de 30 de Outubro de 2014, a Sr.^a vereadora Alexandra fez um requerimento verbal, subscrito por outros membros do executivo permanente, sobre afirmações que eu tinha feito na reunião de 16 de Outubro, numa declaração que intitulei “Um ano de mandato”, e para o qual o Sr. vereador Vítor Pereira, não sei se por solicitação se por exigência referiu que “as respostas aos mesmos itens deverá ser entregue na próxima reunião de câmara”.

Como toda a minha argumentação está documentada e suportada em factos, é muito fácil responder, e, será a prova real, de que tudo o que eu disse sobre o executivo permanente está plasmado e testemunhado, ficando aqui registado, e escrito em ata, para que conste. Aliás, se me é permitido, gostaria de agradecer à vereadora Alexandra a possibilidade que me deu para expor toda a verdade.

Assim, todo o texto que escrevi foi dirigido ao executivo permanente, no plural, como devia ser, evitando a fulanização das acções, e demonstrando que a camara é dirigida (apenas) pelos membros partidários do executivo, quando fomos sete os eleitos. Os procedimentos, e consequentemente as minhas afirmações são dirigidos a quem gere actualmente a Câmara Municipal da Marinha Grande, ou seja, aos quatro vereadores do PS e da CDU a quem foram entregues pelouros, apoiados pelo vereador do PSD, jamais querendo individualizar actos que são colectivos.

Sobre as diversas afirmações, aqui ficam alguns factos, sem querer ser exaustivo nem me alongar demasiado, mas deixando claro que existirão outros factos:

1. *“não enviar a documentação para análise dos processos”*
 - *Desde a primeira reunião deste executivo que deixei registado que a documentação não é enviada em simultâneo com a ordem do dia. Recusei votar alguns processos por ausência de informação e declarei até a ilegalidade de uma reunião, que levou o Sr. Presidente a retirar da agenda os pontos sobre os quais não me tinha sido facultada qualquer documentação.*
 - *A documentação que vem é truncada, sendo digitalizada de modo que fique tapada parte do seu conteúdo, sonegando-se informação a qual desconheço tal como o motivo que fundamenta o executivo permanente a esconder parte da informação dos documentos administrativos.*
 - *Estes procedimentos são usuais, de tal forma que um dos membros do executivo permanente, na reunião de 25 de Outubro de 2013, deixou registado em acta a recomendação “para que os documentos sejam entregues aos Vereadores dentro dos prazos legais, pois já era uma queixa sua no anterior mandato, pedindo até que quando se tratarem de assuntos de maior complexidade a Câmara faça um esforço para os entregar mais cedo.”*
 - *Este procedimento é uma clara violação da lei, conforme expressa o nr. 2 do Art 53.^o do DL 75/2013 (RJAL) e o nr. 2 do Art. 4.^o do DL 24/98 (estatuto do direito de oposição)*

2. *“não respondem a requerimentos”*

- *Na reunião de 31 de Outubro de 2013, entreguei a selecção dos conteúdos de comunicação obrigatória ao executivo, designadamente as competências delegadas no PCMG, as quais devemos tomar conhecimento dos actos praticados ao abrigo dessa competência. Nunca recebemos qualquer informação.*
- *Em 14 de Novembro de 2013 apresentei um pedido da lista de processos de obras com mais de dois anos. Nunca recebi, apenas me enviaram uma lista com menos de dois anos.*
- *Em Janeiro entreguei um requerimento sobre uma verba que tinha sido alocada à realização dum programa de TV na Marinha Grande. Fui informado que se tratava duma intervenção na Feira da Gastronomia, mas que não se concretizou e que depois dariam mais elementos. Até hoje não recebi nada.*
- *Em 16 de Outubro pedi a lista das instituições que apresentaram candidaturas a apoios e subsídios e ainda não foram decididos. Até ao momento ainda não recebi.*

3. *“escondem informação”*

- *A pouca documentação enviada é truncada, escondendo parte do que está nos documentos.*
- *É referido que a documentação está disponível no Salão Nobre, o que não é verdade, conforme já confirmei.*
- *Em Junho questionei o seguinte: “No âmbito do movimento anual da rede escolar gostaria de perceber se há algum jardim-de-infância/escola que será encerrado no próximo ano lectivo?” Perguntei ainda “Qual o parecer que a camara municipal deu ao ministério da educação e ciência sobre a rede escolar (o encerramento e/ou abertura excepcional de escolas e as ofertas educativas e formativas)?”. A resposta chegou em Julho e foi que “não há informação oficial sobre o encerramento de qualquer escola” e “não nos foi solicitado qualquer parecer sobre a rede escolar.”. Entendo que foi omitida informação, pois soubemos agora que estavam a perspectivar a abertura de duas salas de JI na escola João Beare.*

4. *“omitem convites”*

- *Fomos informados que o Secretário de estado dos Negócios Estrangeiros visitava a Marinha Grande em 13 de Dezembro de 2013 e não fui convocado para essa reunião. Aliás a data foi alterada sem que para isso tivesse sido dada qualquer informação. Já que me omitiram o convite pedi quais as conclusões e até hoje não as recebi.*
- *Em 7 de Julho passado recebi um convite para acompanhar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, iniciando às 11h30 com a receção na Câmara e um programa de visitas à tarde. Para almoço foram convidados alguns vereadores, e amigos, mas eu não fui convidado, o que no contexto interpreto como uma conduta pouco institucional.*

5. *“recorrem a expedientes rebuscados para limitar a informação ou não a disponibilizar nos tempos previstos pela lei”*
- *Não discutir o orçamento antes do prazo previsto pela lei (31 de Outubro), conhecido desde Setembro de 2013.*
 - *Solicitei que as anomalias do Edifício da Resinagem fossem corrigidas. Disseram que esperavam por melhoria do tempo para as paredes secarem. Passou o Verão estamos perto do Inverno e ainda não temos informação de quando será feita, ou porque ainda não foi efectuada.*
 - *Entregar alguma documentação sem tempo para a sua análise, contra o disposto na lei, é uma clara intenção de limitar a apreciação devida dos processos.*
 - *Em Junho realizou-se no CDRSP uma reunião com empresários. Argumentei, na reunião de câmara, que agendar para uma quinta-feira às 14h30, não era o mais apropriado e revelou-se nos comentários dos poucos empresários presentes. Durante a reunião com os empresários o Sr. Presidente disse que “falei disso em reunião de Câmara e o Senhor não disse nada”. Considero que é limitar uma informação a todos os interessados, de algo para a qual o Sr. Presidente tinha sido alertado, e negou perante todos, mas com testemunhos de outros membros do executivo, que estavam presentes.*
6. *“A inibição da liberdade de expressão faz parte doutros tempos onde a democracia era uma miragem”*
- *Não permitir a gravação das reuniões de câmara, quando um dos membros do executivo permanente, na reunião de 25 de Outubro de 2013, “pediu ao Sr. Presidente que as reuniões da Câmara Municipal passem a ser gravadas, para dissipar dúvidas que possam vir a existir.”. E o Sr. Presidente disse em 31 de Outubro que o único problema era alocar uma verba para adquirir o equipamento. Constatou-se mais tarde que mudaram de opinião e não permitiram a gravação das reuniões.*
 - *Não responder às minhas perguntas nem às dos munícipes. E quando o fazem é demasiado tarde.*
 - *Pedir a palavra para intervir na reunião de câmara, sobretudo quando a intervenção do executivo permanente refere algo relacionado comigo e não ser concedida. Tem acontecido inúmeras vezes, vou apenas como exemplo ler o que ficou registado na acta de 6 de Fevereiro em relação à retirada dos pontos pelo Sr. Presidente quando declarei que me opunha à reunião por não ter recebido documentação. Disse o Sr. Presidente que “Os atrasos e prejuízos de tal facto são da total responsabilidade do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, pelo que os munícipes serão informados dessa decisão. Perante esta afirmação, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu para intervir, e o Sr. Presidente informou que não dava a palavra a mais ninguém, e por isso não podia falar. O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu que achava uma falta de democraticidade não deixar um vereador eleito comentar sobre uma afirmação do Sr. Presidente que lhe dizia respeito.”*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- *Perante a nossa opinião, legítima e democrática sobre o associativismo, sustentada na experiência de muitos anos e de inúmeros dirigentes que apoiam o MPM, com o reconhecimento de toda a comunidade e o saber deste órgão, ainda há membros do executivo permanente que fazem declarações de voto dizendo: “Este tipo de declarações é próprio do MPM denota que o contacto com o movimento associativo é absolutamente nulo”, numa clara manifestação de tentativa de inibir a liberdade de expressão de cada um de nós.*

Ao contrário do que este executivo permanente faz, eu respondo e respeito os membros deste órgão executivo.

*Marinha Grande, 14 de Novembro de 2014
O Vereador
Aurélio Ferreira”*

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** prosseguiu a sua intervenção, referindo que em função desta resposta, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira mantém as gravíssimas acusações que lhe vem fazendo, atenta ao seu bom nome e até à sua liberdade enquanto cidadão, pelo que pede ao Sr. Presidente a análise jurídica desta situação, porque não só responde às acusações, antes as agrava. E a verdade é que não responde à questão da EcoFortunato. Também considera surpreendente que só agora o Sr. Vereador tenha descoberto como é que se apuram os dados relativos à transparência, tentando minorizar o lugar obtido, quando na altura deu ênfase ao baixo lugar. É uma demagogia gritante, que demonstra o decréscimo da sua intervenção política neste órgão, onde hoje, dia 14/11/2014, às 10:09 h, declarou *“quem como eu não tem emprego na Câmara”*, revelando a sua interpretação do que é a causa pública. Esta é a sua linguagem, mas não é a do executivo permanente, uma vez que não está aqui ninguém “empregado”, pois os cargos públicos não constituem relação jurídica de emprego. Esta afirmação é uma injúria, pelo que irá rever e adotar uma postura diferente da adotada até agora. O Sr. Vereador Aurélio não faz nada pela Marinha, não apresenta soluções, coloca apenas problemas na resolução dos assuntos.

Apesar de já ter feito a sua intervenção, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu só mais um minuto para dizer que o único requerimento que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira lhe dirigiu foi respondido e não foi com mentira, ao contrário do que afirma, quando diz que lhe respondeu mas com mentira, dado que na altura não havia a informação de que hoje dispõe.

Terminou dizendo que desde já pede certidão da ata com esta declaração, porque irá agir e instaurar procedimento criminal.

Seguidamente usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Logrado**, que cumprimentou todos os presentes.

- ⇒ Sobre a intervenção dos munícipes, referiu que a sua função é fazer com que os problemas sejam apresentados e resolvidos.
- ⇒ Referiu ainda que tem estado ausente, mas que lhe parece, pelas intervenções de hoje, que se corre o risco de esquecer o conteúdo privilegiando a forma, e aquilo que a Marinha Grande precisa é de conteúdo. O que mais o orgulha ao pertencer à Vereação da Câmara Municipal da Marinha Grande é o posicionamento nos itens da honestidade e da utilização correta dos meios. Em todos os momentos elogiará todas as informações nesse sentido, e este índice de transparência deixa-o muito feliz, independentemente de como é feito, e também fica contente ao ouvir o Vereador Paulo Vicente dizer que o caminho ainda não está completo. Também fica satisfeito pelo facto de a Câmara ter algum conforto financeiro, que já vinha de trás, o que significa que tem muito dinheiro para gastar, embora fique muito triste por verificar que os quinhentos mil euros da TUMG se mantêm neste orçamento. Se a Câmara cresce muito em transparência, no índice de criatividade verifica-se que não houve melhorias significativas, havendo uma necessidade cada vez maior de encontrar soluções criativas para resolver os problemas do concelho. Os Vereadores da oposição não têm forma de intervir na condução dos negócios da Câmara, porque o modelo de governação do executivo permanente não é esse. O que o +Concelho diz e propõe nunca é tomado em conta, mas constata-se que indiretamente influencia os decisores, e isso sente-se, designadamente na participação dos munícipes na vida pública, que ainda é pequena mas que melhorou, no Orçamento Participativo e nas Festas da Cidade. Privilegiam o encontrar de soluções, porque a crítica é boa mas por si só não leva a resultados concretos. É este princípio que o +Concelho segue, fazendo permanentemente propostas, embora tenha que concordar com o Sr. Vereador Aurélio de que as respostas nem sempre existem, mas o essencial é apresentar propostas.

Hoje vai apresentar 3 propostas:

- 1.^a – Café do Parque Mártires do Colonialismo – entende que deve ser o garante da dinamização daquele espaço e a solução não é a hasta pública para arrendar para café. Sugere que seja retirado da hasta pública, pois a melhor solução é fazer com que os interessados apresentem soluções para a dinamização do espaço, quer seja ou não para café, e que seja acolhida a melhor proposta, visando encontrar um projeto que privilegie a criatividade em favor do número, preferencialmente de um marinhense.
- 2.^a – Edifício da Resinagem – o que se esperava que fosse como uma âncora dinamizadora do Centro Tradicional está muito aquém. É preciso repensar aquele espaço, transformando-o num espaço de lançamento de novos projetos para o concelho (por ex.: coworking), de jovens que dinamizem o concelho, fazendo aparecer novos empreendedores.
- 3.^a – Festas do concelho 2015 – o +Concelho elogiou as de 2014 e o evento da ACIMG, que vêm comprovar aquilo que têm dito no sentido de dinamizar o concelho.

O **Sr. Presidente** interrompeu o Sr. Vereador, chamando a atenção para o facto de já ter ultrapassado o tempo destinado à sua intervenção, tendo este referido que vai deixar esta proposta para a próxima reunião.

O **Sr. Vereador António Santos** pediu mais um minuto, para dizer uma coisa que o está a incomodar. Por achar que não há necessidade de ir para uma conduta dolosa, pediu à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho que pense melhor e que retire a instauração de processo criminal.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu ao Sr. Vereador Carlos Logrado que envie a sua nota biográfica, que já lhe foi pedida, uma vez que é a única que não consta no site do Município, tendo este respondido que irá fazê-lo.

Sobre as questões colocadas o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Jardim Luís de Camões – a relva já foi cortada, vão ser plantadas algumas árvores e provavelmente para a próxima semana irá abrir.
- ⇒ Não é por se dizerem as coisas que elas passam a ser verdadeiras. Está aqui para resolver os problemas do concelho e dos munícipes, dentro das suas capacidades, e o que vê, semana após semana, é que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira dá satisfação ao seu ego, a que tem direito, mas aquilo a que não tem direito é a fazer afirmações que não são verdadeiras, que repudia veementemente e nas quais não se revê.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para intervir, declarando, porque a imprensa fez eco desta informação, que o pedido da declaração de interesses feita por e-mail de 04/09/2014 não lhe chegou, voltando a pedir que toda a informação lhe seja enviada para o seu e-mail pessoal, pois curiosamente este pedido foi feito para o seu e-mail institucional.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que então talvez seja melhor retirar o e-mail institucional.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é ele quem define qual é o seu e-mail de contacto e o seu telefone, e que já pediu inúmeras vezes que todos os documentos e toda a informação seja enviada para o seu e-mail pessoal. Por não querer pensar que tenha havido algum propósito nesta situação, pediu novamente que seja colocada na informação a prestar o seu e-mail pessoal e o seu telefone. Também poderá estar o da Câmara, mas o seu é fundamental.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ As ordens de pagamento das eleições chegaram-lhe no dia 06/11/2014, e despachou-as nesse mesmo dia. Não é verdade que o dinheiro para este pagamento tenha chegado à Câmara em agosto.
- ⇒ O Sr. Vereador Aurélio Ferreira diz que não tem emprego na Câmara, o que é verdade. Também lamenta não ter sido convidado para um almoço, só que o protocolo não foi organizado pela Câmara, e lembrou que ele próprio também vai a outros almoços em que os Vereadores não estão presentes.
- ⇒ O Sr. Vereador Aurélio Ferreira foi avisado na segunda-feira da alteração do dia da reunião. Se não tinha disponibilidade para estar presente fazia-se substituir. Os documentos para a reunião foram entregues com o devido tempo e como a lei determina.
- ⇒ Em relação às propostas do Sr. Vereador Carlos Logrado, elas serão analisadas na altura.
- ⇒ A desistência do adjudicatário do Café do Parque Mártires não foi culpa da Câmara, e esta acionará todos os meios para reaver aquilo a que tem direito.
- ⇒ Sobre a Resinagem, informou que está a ser criado um mini-estúdio de fabrico de vidro, contudo convém ter cuidado com o que se instalar para não colidir com os objetos definidos na candidatura de requalificação do imóvel.
- ⇒ Respondendo ao Sr. Vereador António Santos, disse que se se verificar que aquilo que vai para a ata da reunião tem frases que o levem a fazer o mesmo que a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho, então vai fazê-lo também. O Sr. Vereador António Santos pode pedir o que quiser à Sr.^a Vereadora, da mesma forma que o Presidente tem o direito de avançar também com um processo crime.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs à discussão a proposta de prolongamento da reunião para o próximo sábado ou para segunda-feira.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que muitos dos assuntos agendados são para ir à Assembleia Municipal, e porque está aqui para servir e resolver os problemas do concelho, propôs que a reunião se mantenha para o dia de hoje, uma vez que já foi adiada por não haver documentos prontos para distribuir.

859 - Posta à votação a proposta do Sr. Vereador Aurélio Ferreira para o prolongamento da reunião, foi a mesma rejeitada, com 6 votos contra e um voto a favor, do seu proponente.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei contra a proposta apresentada por:

- 1 – entender que as funções de Vereador prevalecem sobre as outras funções independentemente de se tratar de Vereador em regime de permanência ou não;*
- 2 – também por já ter compromissos assumidos, quer no sábado quer no domingo, quer ainda na segunda-feira, compromissos esses em representação do Município."*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“Poderia compreender o pedido do Sr. Vereador Aurélio, caso a lei não permitisse a substituição dos Vereadores quando impossibilitados de estar presentes, à semelhança do que já aconteceu com o Vereador Carlos Logrado, que se fez sempre substituir. Havendo essa faculdade, podendo o Vereador do MpM fazer-se substituir, como já fez uma vez, não compreendo o pedido de adiamento da reunião.”

Tendo em conta que não foi aprovado o prolongamento da reunião, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** propôs deixar ao Sr. Presidente as suas declarações de voto para os pontos da ordem do dia, uma vez que tem de se ausentar.

O **Sr. Presidente** anunciou que vai ser feito um intervalo de 15 minutos, das 11:20 horas às 11:35 horas, e que após o retomar dos trabalhos serão analisadas as declarações deixadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.



Retomada a reunião, já sem a presença do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, o **Sr. Presidente informou** que os dois documentos entregues pelo Sr. Vereador vão dar entrada na Câmara, sendo posteriormente sujeitos a despacho, e são os seguintes:

- Requerimento 37/2014, em que solicita o balanço do evento “Design Center” com a indicação das despesas para a sua concretização;
- Comunicação para validação em ata da reunião de 14.11.2014, sobre o assunto “Apreciação dos pontos da ordem de trabalhos agendada para a reunião de 14 de Novembro de 2014, indicação do sentido de voto e declarações políticas”.

ALTERAÇÃO DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27/11/2014 – ADIAMENTO PARA O DIA 28/11/2014

O Sr. Presidente comunicou a todos os presentes a necessidade de adiar para o dia 28/11/2014 a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, atendendo a que a sessão da Assembleia Municipal se realiza no dia 24/11/2014, a partir das 20:30 horas, e há assuntos que necessitam de voltar a ser agendados para a reunião do executivo.

Considerando os motivos apresentados, que mereceram a concordância de todos os presentes, foi alterado o dia da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, que se realizará no dia 28/11/2014, sexta-feira, às 09:30 horas.

Esta alteração foi comunicada pessoalmente a todos os membros do executivo presentes nesta reunião, bem como por protocolo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Por já não se encontrar presente na reunião, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira será convocado por protocolo na próxima segunda-feira.

Antes de dar início à discussão e votação dos assuntos que constituem a ordem do dia, o **Sr. Vereador Paulo Vicente informou** o seguinte:

- Que o ponto 51 é para retirar;
- Que o ponto 53 vai sofrer uma alteração na redação, uma vez que vão ser incluídos trabalhos de manutenção na Escola de Casal do Malta – EB e JI;
- Que estará ausente no ponto 82, dado que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 30 DE OUTUBRO E 03 DE NOVEMBRO DE 2014

860 - Presente a ata n.º 25, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada nos dias 30 de outubro e 03 de novembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 1587/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 366/14, DATADO DE 23/10/2014 – CRISTIANA ALEXANDRA BATISTA DOMINGUES

861 - Presente requerimento n.º 1587/14, datado de 2014/10/23, constante do processo camarário n.º 366/14, subscrito por **CRISTIANA ALEXANDRA BATISTA DOMINGUES**, com o NIF 232592101, residente na Rua das Fontainhas, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de *licenciamento da “Legalização de telheiro e arrumo e licenciamento de substituição de cobertura”* em conjunto edificado, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Fontainhas, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.9309, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19.382, da freguesia de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização de telheiro e arrumo e licenciamento de substituição de cobertura”* em conjunto edificado, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Fontainhas, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 19.309, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19.382, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 366/14, com data de entrada em 2014/10/23, apresentado por CRISTIANA ALEXANDRA BATISTA DOMINGUES, com o NIF 232592101, residente na Rua das Fontainhas, n.º 35, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Delibera, ainda, informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1576/14, DATADO DE 21/10/2014 – PC N.º 319/14, DATADO DE 29/03/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA

862 - Presente requerimento n.º 1576/14, datado de 2014/10/21, constante do processo camarário n.º 319/14, subscrito por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização de moradia unifamiliar”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.941 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.707 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/30, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.941 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5707 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 319/14, com data de entrada em 2014/09/23, apresentado por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1503/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 345/14, DATADO DE 09/10/2014 – JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE

863 - Presente pedido com o registo n.º 1503/14, datado de 09/10/2014 relativo a licenciamento de obras de alteração a estabelecimento de restauração e bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, n.º 15 – A, R/C, na Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 190 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.458, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 345/14, com data de entrada de 09/10/2014, apresentado por JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE, com o NIF 140 491 961, residente na Rua João Faustino, n.º 25, Talhões, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 29/10/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido, ficando a aprovação do processo condicionada à apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração a estabelecimento de restauração e bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, n.º 15 – A, R/C, na Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 190 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.458, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 345/14, com data de entrada de 09/10/2014, apresentado por JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE, com o NIF 140491961, residente na Rua João Faustino, n.º 25, Talhões, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, (RMEUMMG), as obras nos núcleos urbano-turísticos do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1529/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 307/14, DATADO DE 10/09/2014 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

864 - Presente requerimento n.º 1529/14, datado de 2014/10/13, constante do processo camarário n.º 307/14, subscrito por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11.747, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/10/28, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação, atestando ainda estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11.747, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 307/14, com data de entrada em 2014/09/10, apresentado por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Travessa do Valverde, com a largura mínima de 1,60m e alinhamento definido por forma a garantir o afastamento de 3,25m ao eixo da referida Travessa. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
- 3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

Mais delibera mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do art. 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do art. 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

7 - REQ. N. 1654/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 340/14, DATADO DE 07/10/2014 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS

865 - Presente requerimento n.º 1654/14, datado de 2014/10/30, constante do processo camarário n.º 340/14, subscrito por **ISABEL MARIA MARQUES LEMOS**, com o NIF 151698643, com residência na Rua Adolfo Leitão, n.º 23, r/c, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Alteração e ampliação de um edifício”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.665 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.760, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/11/04, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Alteração e ampliação de um edifício” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.665 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.760, com o número de processo 340/14, com data de entrada em 2014/10/07, apresentado por ISABEL MARIA MARQUES LEMOS, com o NIF 151698643, com residência na Rua Adolfo Leitão, n.º 23, r/c, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**
- 2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais se deverá informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de São Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

8 - REQ. N. 1634/14, DATADO DE 28/10/2014 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/2004 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA

866 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1634/14, datado de 2014/10/28, respeitante ao processo n.º 375/14, a solicitar o licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obras de alteração e ampliação realizadas no anexo, sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.130 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 539, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA, com o NIF 111377420, residente na Rua dos Outeirinhos n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014/11/06, que toma o processo em condições de ser deferido.

Após análise dos requerimentos com registo de entrada n.º 1634/14, datado de 2014/10/28, respeitante ao processo n.º 375/14, a solicitar o licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia e obras de alteração e ampliação realizadas no anexo, sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 18, Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.130 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 539, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA, com o NIF 111377420, residente naquela morada, bem como do parecer técnico datado de 2014/11/06, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1709/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 165/14, DATADO DE 16/05/2014 – ADELINO BENTO DA FONSECA

867 - Presente pedido com o registo n.º 1709/14, datado de 07/11/2014 relativo a licenciamento de instalação de posto de abastecimento de combustíveis e pavilhão destinado a comércio/serviços, num terreno situado na Rua Central, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.831 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 165/14, com data de entrada de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

16/05/2014, apresentado por ADELINO BENTO DA FONSECA, com o NIF 140 949 372, residente na Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, freguesia de Milagres e concelho de Leiria. Presente projeto de segurança contra risco de incêndio, devidamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Presente informação técnica, datada de 10/11/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a instalação de posto de abastecimento de combustíveis e pavilhão destinado a comércio/serviços, num terreno situado na rua Central, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.831 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 165/14, com data de entrada de 16/05/2014, apresentado por ADELINO BENTO DA FONSECA, com o NIF 140 949 372, residente na Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, freguesia de Milagres e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:

- a) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- b) Projeto de obras de urbanização que inclua as valências de pavimentação, drenagem e sinalização (horizontal e vertical) ao longo das vias confinantes (rua da Paz e estrada da Garcia), nas zonas contíguas ao prédio;**
- c) Apresentação dos seguros de responsabilidade civil referidos nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012 de 9 de outubro;**

2.- Deverá ser assegurada a realização da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra;

Mais deliberou informar que a licença de exploração só será concedida após verificação, em sede de vistoria final, a realizar nos termos do n.º 14º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, da conformidade da instalação com o projeto aprovado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1585/14, DATADO DE 22/10/2014 – PC N.º 365/14, DATADO DE 22/10/2014 – SIRE SOC INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA

868 - Presente pedido com o registo n.º 1585/14, datado de 22/10/2014 relativo ao **licenciamento de ampliação e alteração de uso para indústria** de um edifício situado na Rua das Pexinas, n.º 16, Camarnal, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 474 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.381, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/14, com data de entrada de 22/10/2014, apresentado por **SIRE SOC INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA.**, com o NIPC 503 271 349, com sede na Rua das Pexinas, n.º 16, lugar de Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 3/11/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado e os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, propondo o deferimento do presente pedido, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação e alteração de uso para indústria** de um edifício situado na Rua das Pexinas, n.º 16, Camarnal, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 474 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.381, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/14, com data de entrada de 22/10/2014, apresentado por **SIRE SOC INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA.**, com o NIPC 503 271 349, com sede na Rua das Pexinas, n.º 16, lugar de Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 – Sendo a indústria pretendida do tipo 3, a sua instalação e exploração encontram-se sujeitas ao regime de mera comunicação prévia, nos termos e para os efeitos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

estabelecidos no artigo 33º e seguintes do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1685/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 750/06, DATADO DE 1/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.

869 - Presente processo n.º 750/06, requerimentos n.º 894/13, n.º 1928/13, n.º 1179/14 e nº 1685/14, registados em 2013/06/14, 2013/11/27, 2014/08/06 e 2014/11/04, respetivamente, referente a pedido de **licenciamento de alterações de moradia**, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 24, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14723 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.423, da referida freguesia de Marinha Grande, dispondo de alvará de licença de construção n.º 20/11, emitido em 16/03/2011, apresentado por **RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/04/16.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2014/08/22, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 2014/11/10, que atesta terem sido assegurados os condicionalismos presentes na deliberação de aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do pedido formulado pelos requerimentos n.º 894/13, n.º 1928/13, n.º 1179/14 e nº 1685/14, registados em 2013/06/14, 2013/11/27, 2014/08/06 e 2014/11/04, respetivamente, relativo ao licenciamento de alterações de moradia, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 24, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14723 e na inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17423, dispondo de alvará de licença de construção n.º 20/11, apresentado por RODRIGUES E RIBEIRO, LDA., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/04/16 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Mais delibera informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1686/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 751/06, DATADO DE 1/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.

870 - Presente processo n.º 751/06, requerimentos n.º 895/13, n.º 1929/13, n.º 1180/14 e n.º 1684/14, registados em 2013/06/14, 2013/11/27, 2014/08/06 e 2014/11/04, respetivamente, referente a pedido de **licenciamento de alterações de moradia**, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14722 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17422, dispondo de alvará de licença de construção n.º 30/11, emitido em 08/04/2011, apresentado por **RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/04/16.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2014/08/22, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 2014/11/10, que atesta terem sido assegurados os condicionalismos presentes na deliberação de aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do pedido formulado pelos requerimentos n.º 895/13, n.º 1929/13, n.º 1180/14 e n.º 1684/14, registados em 2013/06/14, 2013/11/27, 2014/08/06 e 2014/11/04, respetivamente, relativo ao licenciamento de alterações de moradia, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14722 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17422, respeitante ao processo n.º 751/06, datado de 2006/12/11, dispondo de alvará de licença de construção n.º 30/11, apresentado por RODRIGUES E RIBEIRO, LDA., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara de 2014/04/16 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Mais delibera informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1591/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 342/14, DATADO DE 08/10/2014 – PELACERTA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. E VITOR RUI PEREIRA DINIS

871 - Presente processo camarário n.º 342/14, referente ao pedido de licenciamento de alteração a operação de loteamento urbano levada a efeito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de loteamento n.º 69/78, datado de 15 de maio de 1978, emitido em nome de António da Silva Carlos.

Presente requerimento n.º 1591/14, datado de 2014/10/23, constante do processo camarário n.º 342/14, subscrito por **PELACERTA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507064755, com sede na Rua Direita, n.º 5, lugar de Casal Novo, freguesia de Amor, concelho de Leiria, e por **VITOR RUI PEREIRA DINIS**, com o NIF 125687753, com residência em Rua Joaquim da Silva Couceiro, n.º 1, lugar de Ordem, freguesia de concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da alteração de loteamento urbano, a incidir sobre os lotes designados por “*lote n.º 1*” e “*lote n.º 2*”, do loteamento urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento n.º 69/78, emitido em 15 de maio de 1978.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/11/05, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser submetida a deliberação.

Após a análise do pedido de licenciamento da alteração de loteamento urbano, a incidir sobre os lotes designados por “*lote n.º 1*” e “*lote n.º 2*”, do loteamento urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento n.º 69/78, emitido em 15 de maio de 1978, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 6.803 e 10.138 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos números 9.450 e 8.821, respetivamente, com o número de processo 342/14, com data de entrada em 2014/10/08, apresentado por PELACERTA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC n.º 507064755, com sede na Rua Direita, n.º 5, lugar de Casal Novo, freguesia de Amor, concelho de Leiria, e por VITOR RUI PEREIRA DINIS, com o NIF n.º 125687753, com residência em Rua Joaquim da Silva Couceiro, n.º 1, lugar de Ordem, freguesia de concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR a alteração das áreas e limites associados aos lotes designados por “*lote n.º 1*” e “*lote n.º 2*” do referido loteamento urbano, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE..

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 1674/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 284/11, DATADO DE 26/07/2011 –
CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.**

872 - Presente requerimento n.º 1674/14, datado de 2014/10/31, constante do processo camarário n.º 284/11, subscrito por **CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.**, com o NIPC 501221387, com sede em Rua 1.º de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “*Construção de anexo*” e “*Ampliação de unidade industrial*”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 1.º de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.986 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.879-P da referida freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2013/01/24.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2014/11/03, referente ao aditamento ao projeto de arquitetura aprovado e projetos das especialidades apresentados.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de anexo*” e “*Ampliação de unidade industrial*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 1.º de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19986 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19879-P da referida freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 284/11, apresentado por CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA., com o NIPC n.º 501221387, com sede em Rua 1.º de Dezembro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

2. Nos termos do disposto no artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 1258/12, DATADO DE 30/07/2012 – PC N.º 209/11, DATADO DE 31/05/2011 –
TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA**

873 - Presente processo n.º 209/11, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício de habitação coletiva com dois fogos, anexo e muros e certificação de propriedade horizontal, incidente sob o prédio com 1.944,30 m², sito na Rua do Vale, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.337 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.866, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507186508, com sede na Avenida Vítor Gallo, n.º 156, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datada de 2012/05/08, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício de habitação coletiva com dois fogos, anexo e muros e certificação de propriedade horizontal, incidente sob o prédio com 1.944,30 m², sito na Rua do Vale, lugar de Picassin, Freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.337 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.866, da referida freguesia de Marinha Grande, com processo nº 209/11, apresentado por **TRADILUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 507186508, com sede na Avenida Vítor Gallo, n.º 156, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos, datados de 2012/05/08 e de 03/11/2014, e uma vez que a sociedade interessada, depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, nada alegou, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar normas legais aplicáveis, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, por não observar normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente por a porta de acesso às habitações não possuir zona de manobra desobstruída com dimensões definidas no n.º 4.9.6. da Secção 4.9 do anexo do já citado Decreto-Lei n.º 193/2006.

Mais delibera informar que a mera inexistência de edifício é impeditiva da confirmação das especificações exigidas para a constituição de título de propriedade horizontal, nos termos do Código Civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1625/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º 168/09, DATADO DE 30/07/2009
– CARLA SOFIA SANTOS COSTA

874 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1625/14, datado de 27/10/2014, apresentado por **CARLA SOFIA SANTOS COSTA**, com o NIF 237225220, com morada em Rua de Leiria, n.º 41, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 168/09.

Presente pareceres técnico datados de 03/11/2014 e 10/11/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “D” do edifício sito na Rua da Filarmónica recreativa Amieirinhense, n.º 224, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de CARLA SOFIA SANTOS COSTA, com o NIF 237225220, com morada em Rua de Leiria, n.º 41, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

**17 - REQ. N. 766/13, DATADO DE 21/05/2013 – PC N.º 18/12, DATADO DE 19/01/2014 –
ROSA NETO DUARTE**

875 - Presente processo de licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muros de vedação, respeitante ao processo n.º 18/12, registado em 2012/01/19, para o prédio rústico sito na Rua Casal D'Anja/Travessa 1ª de Dezembro, lugar de Areia Vermelha, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.540 e na inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.308, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **ROSA NETO DUARTE**, com o NIF 236746790, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 30, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2013/05/28.

Presente informação técnica datada de 2014/10/30, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 e n.º 2 do artigo 76º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para a interessada requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/10/30, e:

1- Considerando que a interessada, ROSA NETO DUARTE, com o NIF 236746790, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 30, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de aprovação do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muros de vedação, respeitante ao processo n.º 18/12, registado em 2012/01/19, para o prédio rústico sito na Rua Casal D'Anja/Travessa 1ª de Dezembro, lugar de Areia Vermelha, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.540 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.308, da referida freguesia de Vieira de Leiria, tomada em reunião camarária de 2012/06/06, através do ofício n.º 504/12, datado de 2012/06/08, rececionado em 2012/06/12;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/06/12, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2013/06/24, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 649/13, de 2013/06/26 e rececionado em 2013/06/27;

4- Considerando que a interessada tinha até ao dia 2014/06/12 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 18/12, registado em 2012/01/19, para construção de moradia, anexo e muros de vedação, no prédio rústico sito na Rua Casal D'Anja/Travessa 1.º de Dezembro, lugar de Areia Vermelha, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.540 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.308, da referida freguesia de Vieira de Leiria, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, determina notificar, a requerente, ROSA NETO DUARTE, com o NIF 236746790, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 30, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003 – PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA

876 - Presente requerimento n.º 557/11, datado de 17/03/2011, apresentado por PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA, com o número de identificação fiscal 188951318, com morada na Rua da Padaria Velha, n.º 5, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito de uma operação urbanística de construção de moradia, garagem e muros, designadamente, ampliação da rede de abastecimento de água, incidente sobre o prédio sito na Rua da Padaria Velha, lugar de Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 13.435 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 10.723, da respetiva freguesia, aprovadas no âmbito do processo de Licenciamento n.º 316/03, com o Alvará de Licenciamento de Obras de Construção n.º 759/03, emitido em 22/12/2003, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 426,48€ (quatrocentos e vinte e seis euros e quarenta e oito centimos), correspondente à parte remanescente do depósito caução efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 859, datada de 22/12/2003, como garante da boa e regular execução das referidas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 03 de novembro de 2014, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 3 de novembro de 2014, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

1) DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas no âmbito do licenciamento da construção de moradia, garagem e muros com o número de processo 316/03, para o qual foi emitido o Alvará de Licenciamento de Obras de Construção n.º 759/03, em 22/12/2003, em nome de PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA, com o número de identificação fiscal 188951318, com morada na Rua da Padaria Velha, n.º 5, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio sito na Rua da Padaria Velha, lugar de Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 13.435 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 10.723, da respetiva freguesia, nomeadamente ampliação da rede de abastecimento de água, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de 03 de novembro de 2014, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e manutenção;

2) MANDAR LIBERTAR o montante 426,48€ (quatrocentos e vinte e seis euros e quarenta e oito cêntimos), que corresponde ao valor remanescente do depósito caução, efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 859, datada de 22/12/2003, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1235/14, DATADO DE 14/08/2014 – PC N.º 622/95, DATADO DE 18/05/1995 – OUTEIROBRA-CONSTRUÇÕES CIVIS,LDA

877 - Presente requerimento n.º 1235/14, datado de 14/08/2014, apresentado por OUTEIROBRA-CONSTRUÇÕES CIVIS,LDA, com o número de identificação de pessoa coletiva 501466320, com sede na Rua das Voltas, n.º 37, lugar de Outeiro da Fonte, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito do processo de licenciamento da operação de loteamento, com o número de processo 622/95, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 15/97, de 30/10/1997, designadamente, rede viária, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, rede de drenagem de águas residuais domésticas e arranjos exteriores, incidente sobre o prédio sito no lugar de

Charneca, freguesia de vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os números 745 e 946 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos números 3.886 e 3.887, da respetiva freguesia, aprovadas no âmbito do mencionado processo de Licenciamento n.º 622/95, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 11.776,42 € (onze mil setecentos e setenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos correspondente à parte remanescente da garantia bancária n.º 125-02-0509923, sobre o Banco Comercial Português, S.A., datada de 15/01/2004, no montante inicial de 21.768,04€ (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito euros e quatro cêntimos), prestada como garante da boa e regular execução das referidas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 03 de novembro de 2014, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 23 de outubro de 2014, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

1) DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas no âmbito do processo de licenciamento da operação de loteamento, com o número de processo 622/95, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 15/97, de 30/10/1997, em nome de OUTEIROBRA-CONSTRUÇÕES CIVIS,LDA, com o número de identificação de pessoa coletiva 501466320, com sede na Rua das Voltas, n.º 37, lugar de Outeiro da Fonte, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, designadamente, rede viária, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, rede de drenagem de águas residuais domésticas e arranjos exteriores, incidente sobre o prédio sito no lugar de Charneca, freguesia de vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os números 745 e 946 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos números 3.886 e 3.887, da respetiva freguesia, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de 23 de outubro de 2014, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e manutenção

2) MANDAR LIBERTAR o montante 11.776,42 € (onze mil setecentos e setenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos), que corresponde ao valor remanescente da garantia bancária n.º 125-02-0509923, sobre o Banco Comercial Português, S.A., datada de 15/01/2004, no montante inicial de 21.768,04€ (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito euros e quatro cêntimos), prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1349/14, DATADO DE 11/09/2014 – PC N.º 411/2014, DATADO DE 11/09/2014
– ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES

878 - Presente requerimento n.º 1349/14, datado de 11/09/2014, apresentado por **ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES**, com o NIF 138980284, residente em Rua Dr. Pedro viana, n.º 24, 3.º andar direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria a fração “A” de imóvel, por forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 02/10/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 20/10/2014, referente à vistoria realizada em 14/10/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara delibera:

- 1) Dar conhecimento ao requerente e à administração do condomínio do resultado da vistoria realizada, remetendo cópia do respetivo auto, uma vez que se verificou que as patologias detetadas nas superfícies do tecto e das paredes do imóvel se devem à precipitação, por condensação, da humidade relativa do ar em laje de esteira onde se verificam pontes térmicas, maioritariamente na proximidade da claraboia de iluminação das escadas comuns do edifício, não se tendo verificado patologias que pudessem decorrer de infiltrações;**
- 2) Recomendar a colocação, nas áreas do tecto afetadas pela condensação, de elementos construtivos que promovam a melhoria da prestação térmica da laje de esteira e que se pondere, em futuras intervenções, a realização de reparações pontuais ou a substituição de telhas da cobertura.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1715/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 396/14, DATADO DE 07/11/2014 –
LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

879 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o registo de entrada n.º 1715/14, datado de 07/11/2014, referente a abertura de vala em 0,5 metros de betuminoso e 3,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito **na Rua Manuel Dinis Parreira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/10/2014, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, considerando que deverá ser encontrada uma solução alternativa à pretensão, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar a entidade requerente para, em sede de audiência prévia, dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“O pavimento em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação executado em abril/2010 na empreitada “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DINIS PARREIRA – AD N.º 51/09 (DIRM)”. A Lusitaniagás foi informada previamente desta empreitada. Assim (...) não se deve autorizar corte do pavimento neste arruamento para execução do ramal.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1414/14, DATADO DE 25/09/2014 – PC N.º 320/14, DATADO DE 25/09/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

880 - Presente pedido de ocupação da via pública para execução de trabalhos em subsolo, com abertura de 10,00 metros de vala, para execução de trabalhos destinados a instalação de duas caixas de visita, no âmbito da remodelação / ampliação / alteração da rede de telecomunicações existente, com o registo n.º 1414/14, datado de 25/09/2014, apresentada por PT COMUNICAÇÕES, S.A., a levar a efeito na Rua D. Fernando I e Avenida da Liberdade, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, com abertura de 10,00 metros de vala, para execução de trabalhos destinados a instalação de duas caixas de visita, no âmbito da remodelação / ampliação / alteração da rede de telecomunicações existente, com o registo n.º 1414/14, datado de 25/09/2014, apresentada por PT COMUNICAÇÕES, S.A., a levar a efeito na Rua D. Fernando I e Avenida da Liberdade, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção, devendo, ainda, ser reparada toda a calçada que já se encontre danificada na zona envolvente.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1604/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 369/14, DATADO DE 24/10/2014 – NOS COMUNICAÇÕES, SA

881 - Presente pedido de ocupação do espaço público, apresentado por NOS COMUNICAÇÕES, SA, para execução de trabalhos respeitantes à passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes numa extensão de 170 metros, para realização de trabalhos respeitantes a instalação de rede de comunicações eletrónicas, a levar a na Rua Manuel Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/11/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento ocupação da via pública apresentado NOS COMUNICAÇÕES, SA, para execução de trabalhos respeitantes à passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes numa extensão de 170 metros, para realização de trabalhos respeitantes a instalação de rede de comunicações eletrónicas, a levar a na Rua Manuel Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- b) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1704/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 394/14, DATADO DE 07/11/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A

882 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1704/14, datado de 07/11/2014, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 42,00m, para execução de uma

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 24/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 42,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Mais delibera informar a entidade que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 1689/14, DATADO DE 05/11/2014 – PC N.º 389/14, DATADO DE 05/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

883 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1689/14, datado de 05/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 31,00 metros de betuminoso, 4,50 metros de calçada e 5,00 metros de terra, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, Rua 42, n.º 15, n.º 21, n.º 24, n.º 24 B e n.º 24 C lugar de Trutas e Rua do Sol, n.º 42, lugar de Guarda Nova, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em

31,00 metros de betuminoso, 4,50 metros de calçada e 5,00 metros de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, Rua 42, n.º 15, n.º 21, n.º 24, n.º 24 B e n.º 24 C lugar de Trutas e Rua do Sol, n.º 42, , lugar de Guarda Nova, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 1714/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 395/14, DATADO DE 07/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

884 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1714/14, datado de 07/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 1,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua dos Outeiros da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso, e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua dos Outeiros, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 1222/14, DATADO DE 13/08/2014 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005
– BONA VITA – ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, S.A.

885 - Presentes alegações, datadas de 13-08-2014, com o registo de entrada n.º 1222/14, apresentadas por BONA VITA – ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, S.A., com o NIPC 506983960, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 892/05, referentes à intenção, por parte da Câmara Municipal, de declarar a caducidade da licença concedida para construção de um edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou as referidas alegações e considerando que:

- A interessada foi notificada em 23-04-2010, da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento, referente à construção de edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, a que foi atribuído o número de processo 892/05, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13 767 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9137, da referida freguesia da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 15-04-2010, comunicada através do ofício n.º 430/10, de 20-04-2010;
- Sobre a data da notificação daquela decisão, a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 24-04-2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro);
- Este prazo foi automaticamente duplicado por aplicação do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;
- A pedido da interessada, o prazo para requerer a emissão do alvará foi, ainda, prorrogado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 09-04-2012, nos termos do n.º 2 do citado artigo 72.º do RJUE;
- A interessada tinha, então, até ao dia 24-04-2013 para requerer a emissão do alvará, o que não fez;
- De acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, o decurso desse prazo tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística;
- Reunidas as condições legais, a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 17-07-2014, comunicar à interessada a sua intenção de declarar a caducidade da referida licença, para que em sede de audiência prévia se pronunciasse sobre essa intenção;

- A interessada apresentou as suas alegações, em 13-08-2013, sob o registo de entrada n.º 1222/14, tendo referido, com importância para a presente deliberação, que o estado de crise económica que o país atravessa “tem criado condições de instabilidade que dificultam o normal desenvolvimento de múltiplos projectos”;
- O projeto de construção de uma unidade de cuidados continuados e paliativos vem responder às crescentes necessidades da população, decorrentes de doença prolongada, incurável e progressiva que afeta os doentes, mas também as suas famílias;
- Este tipo de projeto implica a intervenção de uma equipa multidisciplinar de profissionais, o que se traduzirá na criação de mais postos de trabalho no concelho;
- Por esse facto, e por se destinar ao tratamento e apoio específico de doentes, numa fase da vida que requer cuidados especializados, a construção em apreço, assume relevante interesse público;

Delibera, ponderados os interesses públicos e privados envolvidos, bem como os motivos alegados pela interessada e já expostos, não declarar a caducidade da licença concedida em 23-04-2011, a Bona VITA – ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, S.A., com o NIPC 506983960, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 892/05, concedida para construção de um edifício destinado a instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, sito no lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, mantendo-se assim os efeitos da dita licença.

Mais determina que no prazo de 60 dias (sessenta dias), sejam entregues os seguintes elementos, indispensáveis para emissão do respetivo alvará de licença de construção:

1- Apresentação de Planta de Implantação à escala 1/200 contendo:

- a. Representação gráfica dos arranjos exteriores propostos junto à estrema poente confinante com o prédio onde se implanta a Escola do 1.º CEB da Várzea, de forma a salvaguardar integralmente a faixa de terreno com 5,00m, existente entre a referida estrema e a vedação do recinto da escola, abolindo o conjunto arbóreo aí proposto;
- b. Todos os elementos de pavimentação dos arranjos exteriores, executados com soluções construtivas que permitam a máxima permeabilidade possível, tais como: execução de passeios e praças com funções pedonais em resina porosa agregada com gravilha; execução de gares de estacionamento com grelhas de enlramento; execução de vias internas com betuminoso semi-permeável;
- c. Execução de bacia de retenção, a jusante, da canalização de todas as águas pluviais e a montante da vala, no interior da propriedade, servindo igualmente para rececionar todas as águas recolhidas dos telhados e/ou terraços, através do sistema de caldeiras e tubos de queda, devendo a água acumulada, ser utilizada nos sistemas de rega dos espaços verdes envolventes.

- d. Retificação do ramal de alimentação de água proposto no respetivo projeto de abastecimento, passando de 50mm para 63mm, de forma a satisfazer as necessidades propostas.

2-Caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização propostas, nos termos do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, no valor de 3.087,64€ (três mil e oitenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos) respeitante à infraestrutura de abastecimento de água, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

3-Nova autorização emitida pela Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., relativamente à descarga de águas pluviais na Ribeira de Valdreanes, uma vez que a anterior caducou em 21-01-2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N. 1527/14, DATADO DE 13/10/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE

886 - Presentes pedidos da **SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**, com registos de entrada n.º 1300 e 1527, de 28 de agosto e de 13 outubro de 2014, respetivamente, com o NIPC 501489363 e sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a isenção de todas as taxas devidas pelo licenciamento de um estabelecimento de bebidas na referida morada, em virtude da exploração do mesmo contribuir para a arrecadação de receitas necessárias à prossecução dos fins para os quais a dita associação foi criada.

A Câmara Municipal apreciou o dito requerimento e considerando que:

- Por despacho ministerial de 29 de setembro de 1966, foram aprovados os estatutos da Sociedade Columbófila Marinhense, pelo que é uma entidade legalmente constituída – Cfr. Diário do Governo n.º 236, III série de 11 de outubro de 1966;
- A sociedade em causa desenvolve, de acordo com o artigo 2.º dos seus estatutos, a cultura dos pombos–correio e organiza treinos, concursos, exposições e conferências;
- A atividade desenvolvida pela interessada, mormente a sua participação em concursos nacionais e internacionais, promove o concelho;
- A participação nos referidos concursos implica a realização de despesas, nomeadamente com o transporte dos pombos aos locais onde são soltos;
- A maioria dos sócios é reformada, pelo que as despesas com este tipo de atividade implicam sempre um grande esforço económico por parte dos mesmos;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- A sociedade tem nas suas instalações um estabelecimento de bebidas a funcionar, cujas receitas se destinam, entre outras, à atribuição de prémios para os columbófilos e ao pagamento das despesas da viatura utilizada no transporte dos pombos-correios para os treinos;
- A legalização do referido estabelecimento tem uma importância decisiva para a arrecadação de receitas e para a continuidade da dita associação;
- A execução dos respetivos projetos implicou custos elevados;

Delibera, ao abrigo da alínea a) do n.º 2, do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande ISENTAR/REDUZIR EM 50% o pagamento das taxas identificadas no documento anexo, devidas pela SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE, com o NIPC 501489363 e sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, pela emissão do respetivo alvará de licença de obras, pedido de autorização de utilização, realização de vistoria e emissão do alvará de utilização, no valor de 1.143,17€ (mil cento e quarenta e três euros e dezassete cêntimos) / 571,59€ (quinhentos e setenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos), referentes ao processo, identificado com o n.º 462/11, de legalização do estabelecimento de bebidas sito na mesma morada, por estarem reunidas as condições previstas na citada norma, nomeadamente a dita sociedade encontrar-se legalmente constituída e as taxas em causa dizerem respeito à legalização de um estabelecimento destinado a angariar receitas necessárias aos fins prosseguidos pela mesma, ou seja, o exercício do desporto columbófilo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Anexo - Cálculo das taxas devidas no âmbito do procedimento de licenciamento

Para efeitos de apreciação do pedido de isenção de taxas devidas no âmbito do processo de licenciamento (legalização) de alterações em edifício existente para instalação de estabelecimento de bebidas, a que corresponde o número de processo 462/11, solicitado por Sociedade Columbófila Marinhense, a coberto do requerimento registado sob o n.º 1527/14, de 13/10/2014.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Taxa devida pela emissão dos alvarás de construção: **649,25€** (seiscentos e quarenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos), calculado da seguinte forma *conforme constante do ponto 1. do Quadro IX do Anexo I ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMG*:

	DESIGNAÇÃO	TAXA (€)	Quant.	Total (€)
5	Pela Emissão	250,00 €	1	250,00 €
5.1	Acresce ao montante referido no número anterior:			
	i) Em função da área total de construção (por cada metro quadrado)			
	Área total de construção até 200m2	0,50 €	90	45,00 €
	Área total de construção entre 201m2 e 500m2	0,60 €		- €
	Área total de construção entre 501m2 e 1000m2	0,90 €	105	94,50 €
	Área total de construção entre 1001m2 e 2000m2	1,75 €		- €
	Área total de construção superior a 2000m2	2,25 €		- €
	ii) Construção de muros (por cada metro linear)	0,55 €		- €
	iii) Piscinas (por cada metro quadrado de plano de água)	20,00 €		- €
	iv) Em função do prazo, por mês ou fracção	10,00 €	1	10,00 €
5.2	Acresce ainda aos montantes referidos anteriormente, quando se trate de legalização de obras executadas sem o prévio licenciamento camarário – 50% do valor das taxas		399,50 €	199,75 €
6.2	Relativamente às obras de alteração			
	Alteração de cobertura	25,00 €	1	25,00 €
	Alterações em fachadas	25,00 €	1	25,00 €
	Alteração o número de fogos	50,00 €		- €
	TOTAL			649,25 €

- 1) Taxa devida pela entrada do pedido de autorização de utilização (*conforme constante do ponto 1. do Quadro IX do Anexo I ao RMEUMG*): **56,50€** (cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos)
- 2) Taxa devida pela realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do RMEUMG (*conforme constante do ponto 3.2 do Quadro IX do Anexo I ao RMEUMG*): **286,27 €** (duzentos e oitenta e seis euros e vinte e sete cêntimos)
- 3) Taxa devida pela emissão da autorização de utilização (*conforme constante do ponto 4.3 do Quadro IX do Anexo I ao RMEUMG*): **151,15 €** (cento e cinquenta e um euros e quinze cêntimos)
- 4) Montante objeto do pedido de isenção (1+2+3+4): **1.143,17 € (mil cento e quarenta e três euros e dezassete cêntimos)**

Ou

[50%X(1+2+3+4)] : **571,59 €** (quinhentos e setenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos)

29 - DELIMITAÇÃO E APROVAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA MARINHA GRANDE

887 - Considerando que:

Nos termos do preâmbulo do D.L. 307/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), compete às Câmaras Municipais desenvolverem a estratégia de reabilitação assumindo-se esta *“como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.”*

De acordo com a alínea a) do número 1 do art.º 7º do RJRU, a reabilitação urbana é promovida pelos municípios resultando na aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU).

A Reabilitação Urbana constitui uma prioridade de intervenção da Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo estado presente em reunião de câmara de 6 de março de 2014, e aprovado por unanimidade a necessidade de promover a Reabilitação Urbana e iniciar o processo formal de delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana através de instrumento próprio para a reabilitação urbana do Centro da Marinha Grande, optando pela realização de uma Operação de Reabilitação Urbana simples

Considerando que em obediência ao n.º 2 do artigo 13º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto que republicou o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), a delimitação da ARU tem de estar devidamente fundamentada e conter:

- a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º.

A Câmara Municipal delibera propor, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, à Assembleia Municipal, órgão competente nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o já referido n.º 1 do artigo 13º, a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande constante:

1 – da memória descritiva e justificativa, elaborada nos termos da alínea a) do artigo 13º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

2 – da planta com a delimitação da área abrangida, de acordo com alínea b) do artigo 13º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto;

3 – do quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º, alínea c) do referido número e artigo;

que se anexam a esta deliberação e se dão, aqui, por integralmente reproduzidos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - 22.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 4.ª REVISÃO

888 - Presente proposta da 22ª Modificação – 4ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2014, no valor de 27.817,72 euros nos reforços e 27.817,72 euros nas anulações;

4ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2014, sem alterações nos reforços e anulações no ano de 2014;

4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, com redução em anos seguintes de 173.716,00 euros;

4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2014, com inscrição em anos seguintes de 173.716,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 22ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, constituída pela 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015

889 - De acordo com o estabelecido na alínea b) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 18.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que de acordo com o n.º 4 do art.º 18.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros;

Considerando os investimentos em curso e que se perspectivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2015 e seguintes;

A Câmara Municipal, apreciando o exposto e concordando com o seu teor, delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2014 a cobrar em 2015, fixando-a em:

- **1,5% para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00 euros, nos termos do disposto art.º 18.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;**
- **0,75% para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros, nos termos do disposto no art.º 18.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;**

Mais delibera remeter a presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2014, a cobrar em 2015, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016

890 - De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.

Considerando que nos termos do n.º 2 do mesmo artigo a participação variável no IRS depende da tomada de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo Município, a qual tem que ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando os investimentos em curso e que se perspectivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2015 e anos seguintes;

A Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter a presente proposta, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma, de fixação da percentagem de 5% na participação variável do Município da Marinha Grande no I.R.S. no que respeita aos rendimentos relativos ao ano de 2015 a liquidar em 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“No mandato anterior era bandeira do partido ganhador a questão de dar 1% aos munícipes. Esta lei foi reconhecida como lei contrária ao princípio do “Robin dos Bosques”. Foi aprovado retirar 1% com a condição de fortalecer o apoio à ação social. O meu voto favorável é no sentido de que seja reforçado o maior apoio à ação social, designadamente à abertura da creche social 24 horas.”

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE”.

891 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14341/2014 e informação SS/09/2014, da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2014, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da prestação de serviços de *“Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 05/070113, ação do PPI 2012/1/20.

Considerando que o preço base a aplicar é de 120.000,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2015 E 2016”.

892 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º

64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11642/2014 e informação I/1543/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de “*Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220, ação do PAM 2014/A/19.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.940,10€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

893 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei

n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11643/2014 e informação I/1544/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”***, para o período de 12 meses, com início previsto a 20 de fevereiro de 2015, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, na classificação orgânica/económica 03/020224, ação do PAM 2014/A/30.

Considerando que o preço base a aplicar é de 43.703,18 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º 9 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2013 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2012 e 2013, com o mesmo objeto, já terem sido objeto de redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

INTEGRADO, DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL, PRODUÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

894 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local

não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11640/2014 e informação I/1535/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado, de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal, produção digital de documentos”***, para o período de 12 meses, com início previsto a 20 de fevereiro de 2015, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa EPAL EMPRESA PORTUGUESA DE AGUAS LIVRES SA, NIPC 500 906 840, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado, de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal, produção digital de documentos”*, na classificação orgânica/económica 03/020220, ação do PAM 2014/A/28.

Considerando que o preço base a aplicar é de 42.836,26€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado, de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal, produção digital de documentos”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 20 de fevereiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

“Por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE “CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2015”

895 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15745/2014 e informação EM/18/2014, da DISU, nas quais se manifesta a necessidade de contratação do serviço de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação do serviço de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2015”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, ação do PAM 2013/A/58.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.068,99€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do serviço de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

38 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”.

896 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15802/2014 e informação TF-10.2014, da DISU, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa MULTINFRA - PROJECTOS E REPRESENTAÇÕES ELECTROMECÂNICAS, LDA, NIPC 505 007 851, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220, ação do PAM 2014/A/1.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.358,31€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2015, 2016 e 2017”*.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

39 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”.

897 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 16053/2014 e informação AR-10.2014, da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 13/10/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que em reunião camarária de 16-10-2014 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, emitir parecer favorável à contratação da *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”* e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 24 de outubro de 2014 foi aberto o P.A. n.º 69/2014-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Concurso Público nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos e o preço base a aplicar deliberado foi de 60.299,12 euros, a que corresponde o preço unitário hora de 37,13€, ambos a acrescer de IVA à taxa 6%, que resultou da aplicação de redução remuneratória de 10% ao preço unitário do contrato vigente em 2013, de 41,25€, em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Considerando que quatro empresas apresentaram declaração de não apresentação de proposta por o preço base de 60.299,12€ estabelecido no âmbito do P.A. N.º 69/2014-AP/DISU não permitir a prestação de um serviço de qualidade.

Considerando que apenas uma entidade apresentou proposta no âmbito do P.A. N.º 69/2014-AP/DISU, no valor de 73.892,00€ acrescida de IVA à taxa de 6%, a que corresponde o preço unitário de 45,50€ acrescidos de IVA à taxa de 6% e que ultrapassou o preço base de 60.299,12€, encontrando-se o processo em audiência prévia até ao dia 12/11/2014, perspectivando-se que seja determinada a não adjudicação do processo, após essa data.

Considerando a dotação em plano de actividades municipais para os anos 2015, 2016 e 2017, na acção 2014/A/85 e o preço unitário da única proposta apresentada no âmbito do P.A. N.º 69/2014-AP/DISU de 45,50€ acrescido de IVA à taxa de 6%, os serviços da DISU emitiram a requisição interna 16053 e informação AR-10.2014, tendo apurado o preço base para o procedimento a iniciar de 60.333,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que o procedimento a iniciar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que os serviços da DISU propõem a manutenção do procedimento a adotar no Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto—Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redacção actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/85.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Limpeza e desobstrução de coletores domésticos e pluviais no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2015”.

898 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º

2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presentes as informações n.º 1/1509/2014 e n.º 1/1370/2014 e requisições internas n.º 15397, 15398 e 13378 dos serviços da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação e da Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2015”***, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação da ***“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2015”***, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090101, 0103/0103090103 e 0103/020212, acções do PAM 2014/A/40, 2014/A/41 e 2014/A/42.

Considerando que o preço base a aplicar é de 103.528,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, preceituada no n.º1, n.º 3 e n.º 9 do art.º 73º da Lei n.º

83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, conforme documentação que se anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE”*, PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017.

899 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 16056/2014 e informação CR.13/2014, da DISU - Divisão de Infra estruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino na freguesia da Marinha Grande”***, para os anos de 2015, 2016 e 2017, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que este pedido de verificação n.º 11536 foi submetido a 11/11/2014, e que até à presente data o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL, NIPC 504 646 796, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da ***“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino na freguesia da Marinha Grande”***, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/70.

Considerando que o preço base a aplicar é de 65.491,35€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino na freguesia da Marinha Grande”*, para os anos de 2015, 2016 e 2017.

A presente deliberação produz efeitos no dia útil seguinte à receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 11536 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

42 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA EVENTOS E ESPETÁCULOS NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS DE 2015 E 2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

900 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento de concurso público para a **“Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”**, atenta informação I/1558/2014 de 04/11/2014 e requisição interna 15410;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015 e 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/113 com a designação **“ATOS CULTURAIS E EDUCATIVOS PROMOVIDOS NA CASA DA CULTURA STEPHENS”**, com uma dotação de 100.000,00 euros no ano de 2015 e 20.000,00 euros no ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016, até ao montante de catorze mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta cêntimos em cada um dos anos de 2015 e 2016, perfazendo o total de 28.929,60€, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/170 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2014/A/88 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

901 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DAM para a realização de procedimento de concurso público para a **“Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015”**, atenta informação I/1540/2014 de 03/11/2014 e requisição interna 11644;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação suficiente para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando a inscrição na 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 2.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/170 com a designação **“AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE CONTADORES PARA OS ANOS DE 2015 A 2017”**, com uma dotação de 10.000,00 euros nos anos de 2015 a 2017;

Considerando o reforço de dotação na 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 2.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/88 com a designação **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTES E RELIGAÇÕES DE CONTADORES DE ÁGUA”**, para uma dotação de 41.000,00 euros nos anos de 2015 a 2017;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015, até ao valor de quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e três euros e trinta cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

44 - AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2014/A/183 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

902 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento de ajuste direto para a “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015”, atenta informação l/1253/2014 de 02/09/2014 e requisição interna 8689;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa;

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, “*Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá der dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*”;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a inscrição na 12.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 2.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/183 com a designação “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE”, com uma dotação de 500,00 euros no ano de 2014 e 2.250,00 euros nos anos de 2015 a 2017;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015”, até ao valor de mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e dois centimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS MESES DE JANEIRO A MARÇO DE 2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

903 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento de ajuste direto para a **“Programação cultural para a Casa da Cultura – Teatro Stephens para os meses de janeiro a março de 2015”**, atenta informação de 05/11/2014 e requisição interna 15413;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015 e 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/113 com a designação “ATOS CULTURAIS E EDUCATIVOS PROMOVIDOS NA CASA DA CULTURA STEPHENS”, com uma dotação de 100.000,00 euros no ano de 2015 e 20.000,00 euros no ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Programação cultural para a Casa da Cultura – Teatro Stephens para os meses de janeiro a março de 2015, até ao montante de trinta mil, setecentos e cinquenta euros, no

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS 2015 E 2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/113 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

904 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento de concurso público para a “**Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura - Teatro Stephens para os anos 2015 e 2016**”, atenta informação I/1559/2014 de 04/11/2014 e requisição interna 15411;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015 e 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/113 com a designação “ATOS CULTURAIS E EDUCATIVOS PROMOVIDOS NA CASA DA CULTURA STEPHENS”, com uma dotação de 15.000,00 euros nos anos de 2015, 2016 e 2017;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura - Teatro Stephens para os anos 2015 e 2016, até ao catorze mil, oitocentos e noventa e sete euros e setenta e seis cêntimos para cada um dos anos de 2015 e 2016, perfazendo o total de 29.795,52€ para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUÍDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/9, 2014/A/10 E 2014/A/156 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

905 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DISU para a realização de procedimento de concurso público para o **“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”**, atenta requisição interna 15833, cujo valor base do procedimento é de 788.349,77 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, foi prevista a dotação de 341.251,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2015 e 2016 no que respeita à ação 2014/A/9 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL - MERCADO LIVRE - COMPONENTE ENERGIA.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, foi prevista a dotação de 12.285,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2015 e 2016 no que respeita à ação 2014/A/10 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL - MERCADO LIVRE - COMPONENTE DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, foi prevista a dotação de 580.916,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2015 e 2016 no que respeita à ação 2014/A/156 - FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/156 com a designação “FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, para uma dotação de 17.530,00 euros no ano de 2015.

Considerando que o presente procedimento ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2014, pelo que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, conforme documentos em anexo, não é aplicável a este procedimento.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016, até ao valor de novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e dez euros e cinquenta e oito cêntimos, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - SERVIÇO DE PORTARIA PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM PARA O PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/09/2017
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/A/109 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

906 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento de ajuste direto para a **“Prestação de serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017”**, atenta informação de 05/11/2014 e requisição interna 15412;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista dotação de 50,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2015 e 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando a inscrição de reforço na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/109 com a designação **“ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO E OUTRAS DESPESAS COM INFRAESTRUTURAS CULTURAIS”**, para uma dotação de 26.050,00 euros nos anos de 2015 e 2016 e de 26.100 euros no ano de 2017;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017, até ao valor de vinte e cinco mil, novecentos e noventa e nove euros e quinze cêntimos para cada um dos anos de 2015 e 2016, e de dezanove mil, quatrocentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos para o ano de 2017, perfazendo o valor total 71.497,66€, de para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 SETEMBRO A 31 DE OUTUBRO DE 2014.

907 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 26-12-2013, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses

contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;

3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 20-02-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal um aditamento à autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais referida nos parágrafos anteriores, nomeadamente:

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultantes de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;
- B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão de verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

Considerando que, na sessão ordinária de 28-02-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/50/2014 de 07-11-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de setembro a 31 de outubro de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal e que, quando aplicável, possuem contrato escrito assinado no mesmo período.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de setembro a 31 de outubro de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013 com as alterações introduzidas na sessão de 28-02-2014, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2015”

908 - Presente informação n.º TF-11.2014 e requisição interna n.º 15849 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2015, com base no Acordo Quadro da ANCP, Eletricidade (AQ-ENE-2011), com o n.º 018.

Considerando que o fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, pode ser efetuado com recurso ao procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas (através de Concurso Limitado por prévia qualificação), nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a realização de procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e

alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos, determina o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes, seleccionadas pela ANCP:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- Galp Power S.A.;
- Iberdrola Generación S.A.U.

Considerando que os preços unitários a apresentar pelos concorrentes em sede de proposta não podem ser superiores aos preços em vigor no CNCP - Catálogo Nacional de Compras Públicas.

Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para a aquisição da energia elétrica são as definidas pela ANCP.

Considerando que os serviços da autarquia definiram os seguintes lotes e preços base para o fornecimento de energia elétrica no âmbito do mercado liberalizado:

Mercado liberalizado		
Lote	Fornecimento de electricidade	Preço Base sem IVA
1	Baixa Tensão Especial (BTE)	99.709,77 €
2	Média Tensão (MT)	103.999,98 €
Total		203.709,75 €

Considerando que os serviços da autarquia estimaram os valores descritos no quadro seguinte para as tarifas de acesso às redes e todas as restantes taxas e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade:

Descrição	Valor sem IVA
Tarifas de acesso às redes e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade em Baixa Tensão Especial (BTE)	102.222,82 €
Tarifas de acesso às redes, taxas e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade em Média Tensão (MT)	84.876,41 €
Total	187.099,24 €

Considerando que assim sendo o valor total estimado da despesa para o fornecimento de energia elétrica no mercado liberalizado, tarifas de acesso às redes e todas as restantes taxas e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade ascende a 390.808,99€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014, as ações do PAM 2014/A/3 e 2014/A/4, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399.

Atento o objeto do contrato e considerando que o mesmo consubstancia um serviço essencial previsto no n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, por se tratar de um serviço de fornecimento de energia elétrica, este, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 7 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, não está sujeito ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do art.º 73.º da mesma, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que é possível delegar a competência para autorizar a realização da despesa no Presidente da Câmara Municipal até ao montante de 748.196,85 euros.

A Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços e de acordo com o artigo 259º e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 252º e 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alíneas f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Aprovar as peças do procedimento (convite e as condições técnicas do contrato celebrado pela ANCP com as entidades a convidar);
- c) Adotar o procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- d) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - ✓ Telmo Faria, Presidente;
 - ✓ Susana Silva, Vogal;
 - ✓ Sara Coelho, Vogal;
 - ✓ Ludmila, Vogal Suplente;
 - ✓ Catarina Silva, Vogal Suplente.

- f) Delegar no Presidente da Câmara Municipal, a competência para autorizar a realização da despesa até ao montante de trezentos e noventa mil, oitocentos e oito euros e noventa e nove cêntimos acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no âmbito do procedimento de formação de contrato cujo objeto consiste no *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE “TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2015”

Assunto retirado da ordem do dia.

52 - BENEFICIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM – AJUSTE DIRETO N.º 25/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/33 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

909 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de **Beneficiação do Jardim de Infância da Ordem – Ajuste Direto n.º 25/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 239/2014 de 30/07/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 25.653,20 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 27.192,39 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 16.442,30 euros acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 17.428,84 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010305 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/33.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/33 com a designação “REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM”, com uma dotação de 30.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Beneficiação do Jardim de Infância da Ordem – Ajuste Direto n.º 25/2014, até ao valor de dezassete mil, quatrocentos e vinte e oito euros e oitenta e quatro cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - BENEFICIAÇÃO DAS ESCOLAS E POLIDESPORTIVO DA PRAIA DA VIEIRA – AJUSTE DIRETO N.º 30/2014

E

TRABALHOS DE MANUTENÇÃO NA ESCOLA DE CASAL DE MALTA – EB1 E JI” – AJUSTE DIRETO N.º 16/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/34 E 2014/I/40 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

g10 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de **Beneficiação das escolas e polidesportivo da Praia da Vieira – Ajuste Direto n.º 30/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 351/2014 de 13/08/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 46.906,93 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 49.721,35 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 2.814,42 euros relativos ao valor do IVA Autoliquidação.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de **Trabalhos de manutenção na escola de Casal de Malta – EB1 e JI – Ajuste Direto n.º 16/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 311/2014 de 28/07/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 112.404,49 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 119.148,76 euros.

Considerando que conforme Despacho n.º 485/2014 de 31/10/2014 foram aprovados trabalhos de suprimento de erros e omissões para a obra identificada no montante de 1,39% do preço contratual, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 1.558,81 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 1.652,34 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 6.744,27 euros, relativos ao valor do IVA Autoliquidação.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010305 e 07/07010405 das ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/34 e 2014/I/40.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção da totalidade desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/34 com a designação “GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM DIVERSOS EDIFÍCIOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR”, com uma dotação de 2.460,00 euros para o ano de 2015 e da ação 2014/I/40 com a designação “GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

DIVERSOS EDIFÍCIOS DE ENSINO BÁSICO”, com uma dotação de 800,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, conforme documentos em anexo, apenas contempla “(...) *encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014; (...)*”, o que não é aplicável ao Ajuste Direto n.º 16/2014.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Beneficiação das escolas e polidesportivo da Praia da Vieira – Ajuste Direto n.º 30/2014, até ao valor de dois mil, oitocentos e catorze euros e quarenta e dois cêntimos e da obra de Trabalhos de manutenção na escola de Casal de Malta – EB1 e JI” – Ajuste Direto n.º 16/2014 até ao valor de seis mil, setecentos e quarenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - REQUALIFICAÇÃO DO RECREIO COBERTO DA ESCOLA PROFESSOR FRANCISCO VERÍSSIMO – AJUSTE DIRETO N.º 21/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/39 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

911 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de **Requalificação do recreio coberto da escola Professor Francisco Veríssimo – Ajuste Direto n.º 21/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 322/2014 de 31/07/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 44.493,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 47.162,58 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 45.393,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 48.116,58 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010305 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/39.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi inscrita, em 2015, a dotação de 5.000 euros.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/39 com a designação “GRANDES REPARAÇÕES NA EB1 FRANCISCO VERÍSSIMO NA ORDEM”, para uma dotação de 53.968 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do recreio coberto da escola Professor Francisco Veríssimo – Ajuste Direto n.º 21/2014, até ao valor de quarenta e oito mil, cento e dezasseis euros e cinquenta e oito cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE ESPECIALIDADES PARA REQUALIFICAÇÃO / ADAPTAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 3 DO PILADO
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/16 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

g12 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a **“Prestação de serviços para elaboração do projecto de especialidades para Requalificação / adaptação da escola básica nº 3 do Pilado”**, conforme nota de encomenda 35/2013;

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar relativa à prestação do serviço supra referida, será necessário assumir encargos até ao valor de 175,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 215,25 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/1/16 com a designação **“CONSTRUÇÃO DE CANTINA ESCOLAR NO PILADO”**, com uma dotação de 15.500,00 euros no ano de 2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviços para elaboração do projecto de especialidades para Requalificação / adaptação da escola básica nº 3 do Pilado, até ao valor de duzentos e quinze euros e vinte e cinco cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

56 - REABILITAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/26 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

913 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Reabilitação urbana das instalações da antiga Fábrica J. Ferreira Custódio –**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Concurso Público n.º 01/2014, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 102/2014 de 08/04/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 333.665,53 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 353.685,46 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 5.208,10 euros, relativos ao valor do IVA Autoliquidação.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010412 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/26.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/I/26 com a designação “REQUALIFICAÇÃO DA FÁBRICA J.FERREIRA CUSTÓDIO”, com uma dotação de 5.892,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Reabilitação urbana das instalações da antiga Fábrica J. Ferreira Custódio – Concurso Público n.º 01/2014, até ao valor de cinco mil, duzentos e oito euros e dez cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

57 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO ELÉCTRICO NA ÁREA DA ANTIGA INSTALAÇÃO DA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/I/26 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

914 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a **“Prestação de serviços para elaboração do projecto do projecto eléctrico na área da antiga instalação da Fábrica J. Ferreira Custódio”**, conforme nota de encomenda 46/2014;

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar relativa à prestação do serviço supra referida, será necessário assumir encargos até ao valor de 150,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 184,50 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

fevereiro é preceituado que “*Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*”

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/I/26 com a designação “REQUALIFICAÇÃO DA FÁBRICA J.FERREIRA CUSTÓDIO”, com uma dotação de 5.892,00 euros no ano de 2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviços para elaboração do projecto do projecto eléctrico na área da antiga instalação da Fábrica J. Ferreira Custódio, até ao valor de cento e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

58 - REPARAÇÃO DE CAIXAS DE VISITA DAS REDES PÚBLICAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/74 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

915 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Reparação de caixas de visita das redes públicas de drenagem de águas residuais no concelho da Marinha Grande - Concurso Público n.º 20/2014**, foi aberto procedimento para a mesma atento Despacho n.º 424/2014 de 16/09/2014, tendo sido cabimentada a dotação de 71.254,93 euros no ano de 2014 e de 17.785,07 euros no ano de 2015.

Considerando o atraso no procedimento de concurso da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 84.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 89.040,00 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/74.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição de dotação no montante de 75.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/74 com a designação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

“OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, com uma dotação de 44.540,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Reparação de caixas de visita das redes públicas de drenagem de águas residuais no concelho da Marinha Grande - Concurso Público n.º 20/2014, até ao valor de oitenta e nove mil e quarenta centimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - REQUALIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO DA MOITA – CONCURSO PÚBLICO N.º 18/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/1/38 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

916 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente

da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Requalificação do reservatório apoiado da Moita – Concurso Público n.º 18/2014**, foi aberto procedimento para a mesma atento Despacho n.º 417/2014 de 12/09/2014, tendo sido cabimentada a dotação de 79.700 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 84.482,00 euros no ano de 2014.

Considerando o atraso no procedimento de concurso da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 79.700,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 84.482,00 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010406 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2013/1/38.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/1/38 com a designação “REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA MOITA”, com uma dotação de 100.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do reservatório apoiado da Moita – Concurso Público n.º 18/2014, até ao valor de oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6o - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TRAVESSA DO BAIRRO, RUA DA LONGA E RUAS CONFINANTES – VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 08/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/1/48 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

917 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Ampliação da rede de abastecimento de água na Travessa do Bairro, Rua da Longa e ruas confinantes – Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 08/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 194/2014 de 27/05/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 28.018,50 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 29.699,61 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 1.681,11 euros relativos ao valor do IVA Autoliquidação.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2013/I/48.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/I/48 com a designação “OBRAS DE REMODELAÇÃO DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM BAIXA”, com uma dotação de 4.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Ampliação da rede de abastecimento de água na Travessa do Bairro, Rua da Longa e ruas confinantes – Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 08/2014, até ao valor de mil, seiscentos e oitenta e um euros e onze cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

61 - REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA 9 DE ABRIL, RUA ANTÓNIO MAGALHÃES JÚNIOR, AVENIDA ANÍBAL GUEDES COELHO E TROÇO DA AVENIDA VITOR GALLO – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/89 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

918 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Remodelação da rede de abastecimento de água na rua 9 de abril, rua António Magalhães Júnior, avenida Aníbal Guedes Coelho e troço da avenida Vitor Gallo – Concurso Público n.º 11/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 241/2014 de 24/06/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 31.871,23 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 33.783,50 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 6.184,27 euros acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 6.555,33 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/89.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/89 com a designação “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA DO CENTRO TRADICIONAL”, com uma dotação de 16.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na rua 9 de abril, rua António Magalhães Júnior, avenida Aníbal Guedes Coelho e troço da avenida Vitor Gallo – Concurso Público n.º 11/2014, até ao valor de seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e trinta e três cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

62 - REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA AVENIDA VITOR GALLO – TROÇO ENTRE A RUA MÃE D'ÁGUA E A RUA DIOGO STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/89 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

919 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Remodelação da rede de abastecimento de água na avenida Vitor Gallo – troço entre a rua Mãe D'água e a rua Diogo Stephens – Concurso Público n.º 19/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 464/2014 de 21/10/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 6.790,52 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 7.197,95 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 6.790,52 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 7.197,95 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/89.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/89 com a designação “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA DO CENTRO TRADICIONAL”, com uma dotação de 16.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na avenida Vitor Gallo – troço entre a rua Mãe D'água e a rua Diogo Stephens – Concurso Público n.º 19/2014, até ao valor de sete mil, cento e noventa e sete euros e noventa e cinco

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

63 - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE – AJUSTE DIRETO N.º 26/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/1/59 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

920 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Centro de recolha oficial da Marinha Grande – Ajuste Direto n.º 26/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 300/2014 de 21/07/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 147.754,74 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 156.620,02 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

até ao valor de 147.754,74 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 156.620,02 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010412 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2013/I/59.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a dotação de 75.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/I/59 com a designação “CONSTRUÇÃO DO CANIL MUNICIPAL”, com uma dotação de 81.625,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Centro de recolha oficial da Marinha Grande – Ajuste Direto n.º 26/2014, até ao valor de cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e vinte euros e dois centimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

64 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE "ALTERAÇÃO DA REDE ELÉCTRICA DO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE"
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO

**ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO
2014/I/149 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

921 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a **“Prestação de serviços de elaboração do projecto de “Alteração da rede eléctrica do Centro Empresarial da Marinha Grande”**”, conforme nota de encomenda 373/2014;

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar relativa à prestação do serviço supra referida, será necessário assumir encargos até ao valor de 180,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 221,40 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a inscrição na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/149 com a designação “GRANDES REPARAÇÕES NO CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE”, com uma dotação de 221,40 euros no ano de 2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de elaboração do projecto de Alteração da rede eléctrica do Centro Empresarial da Marinha Grande”, até ao valor de duzentos e vinte e um euros e quarenta cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

65 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3) – CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

922 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Requalificação da rua da Panificadora (fase 1 e fase 3) – Concurso Público n.º 02/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 103/2014 de 10/04/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 308.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 326.480,00 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 308.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 326.480,00 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/I/54.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista dotação de 255.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2015, tendo sido corrigida para 210.790,64 euros na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014 aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2014.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando o reforço de dotação na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2011/I/54 com a designação REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA - EMBRA”, para uma dotação de 359.497,00 euros no ano de 2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação da rua da Panificadora (fase 1 e fase 3) – Concurso Público n.º 02/2014, até ao valor de trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

66 - PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA E AS SUAS LIGAÇÕES COM A RUA DAS RAIZES, RUA DOS MAÇARIQUEIROS E LIGAÇÃO DA RUA DA AVENTURA

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/1/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

923 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a realização do **Projecto de Requalificação da rua da Panificadora e as suas ligações com a rua das Raízes, rua dos Maçariqueiros e ligação da rua da Aventura** conforme nota de encomenda 1249/2011;

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar relativa à prestação do serviço supra referida, será necessário assumir encargos até ao valor de 2.439,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 2.999,97 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista dotação de 255.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2015, tendo sido corrigida para 210.790,64 euros na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014 aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2014.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*

Considerando o reforço de dotação na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2011/I/54 com a designação REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA - EMBRA”, para uma dotação de 359.497,00 euros no ano de 2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Projecto de Requalificação da rua da Panificadora e as suas ligações com a rua das Raízes, rua dos Maçariqueiros e ligação da rua da Aventura, até ao valor de dois mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e sete cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**67 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO
2012/1/60 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014**

924 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Requalificação da rua das Laranjeiras – Concurso Público n.º 13/2013**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 94/2014 de 08/04/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 282.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 298.920,00 euros.

Considerando que conforme Despacho n.º 442/2014 de 01/10/2014 foram aprovados trabalhos a mais para a obra identificada no montante de 1,36% do preço contratual, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 3.837,38 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 4.067,62 euros.

Considerando que conforme Despacho n.º 465/2014 de 24/10/2014 foram aprovados trabalhos a mais e trabalhos de suprimento de erros e omissões para a obra identificada no montante de 4,27% do preço contratual, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 16.570,78 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 17.565,03 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 34.087,25 euros (IVA incluído).

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/60.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2012/I/60 com a designação “BENEFICIAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS - ENGENHO”, com uma dotação de 50.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação da rua das Laranjeiras – Concurso Público n.º 13/2013, até ao valor de trinta e quatro mil e oitenta e sete euros e vinte e cinco centimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

68 - CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO
- CONCURSO PÚBLICO N.º 21/2014

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/155 E 2014/I/157 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

925 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do concelho - Concurso Público n.º 21/2014**, foi aberto procedimento para a mesma atento Despacho n.º 431/2014 de 19/09/2014, tendo sido cabimentada a dotação de 35.000,00 euros, IVA incluído, na ação 2014/I/155 e a dotação de 40.000,00 euros, IVA incluído, na ação 2014/I/157 no ano de 2014 e de 24.640,00 euros na ação 2014/I/155 no ano de 2015.

Considerando o atraso no procedimento de concurso da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 94.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 99.640,00 euros.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/ 07030301 e nas ações do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/155 e 2014/I/157.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, foi prevista a dotação de 200.000,00 euros para a assunção desta despesa no ano de 2015 no que respeita à ação 2014/I/155.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015 no que respeita à ação 2014/I/157.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/157 com a designação “OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NA FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA”, com uma dotação de 40.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do concelho - Concurso Público n.º 21/2014, até ao valor de noventa e nove mil, seiscentos e quarenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião pelas 12:55 horas, para almoço, sendo retomada pelas 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

69 - REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DO PEIXE DA PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2013
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2012/I/67 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014

926 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Requalificação do mercado do peixe da praia de Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 15/2013**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 57/2014 de 10/03/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 24.999,50 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 26.499,47 euros.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 1.271,80 euros relativos ao valor do IVA Autoliquidação.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010303 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/67.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2012/I/67 com a designação “GRANDES REPARAÇÕES NO MERCADO DA PRAIA DA VIEIRA”, com uma dotação de 10.000,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do mercado do peixe da praia de Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 15/2013, até ao valor de mil, duzentos e setenta e um euros e oitenta cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**70 - CORREÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DOS LEITOS E MARGENS DAS LINHAS DE ÁGUA –
CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO
2013/A/67 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014**

927 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Correção e desobstrução dos leitos e margens das linhas de água – Concurso Público n.º 16/2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 474/2014 de 24/10/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 10.947,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 11.603,82 euros.

Considerando o atraso na execução física da referida obra verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta desta empreitada até ao valor de 10.947,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 11.603,82 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/020225 e ação do Plano de Atividades Municipais 2013/A/67.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/A/67 com a designação “LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA”, com uma dotação de 11.604,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Correção e desobstrução dos leitos e margens das linhas de água – Concurso Público n.º 16/2014, até ao valor de onze mil, seiscentos e três euros e oitenta e dois cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

71 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT - AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS CELEBRADO ENTRE A CIMRL, O MMG E A AHBVMG
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/177 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

928 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que através de deliberação camarária de 20 de março de 2014, foi autorizada a celebração de protocolo de colaboração com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria, no âmbito da candidatura ao POVT, foi assumido compromissos no ano de 2014 no valor de 2.373,50 euros no âmbito do **Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVMG.**

Considerando o atraso na execução física do referido projeto verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta deste projeto até ao valor de 2.373,50 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/ 08050106 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/A/177.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/177 com a designação “CANDIDATURA AO POVT - “PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS” - AÇÕES MATERIAIS”, com uma dotação de 3.421,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativo ao Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVMG, até ao valor de dois mil trezentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

72 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT - AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS CELEBRADO ENTRE A CIMRL, O MMG E A AHBVVL
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/177 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

929 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que através de deliberação camarária de 20 de março de 2014, foi autorizada a celebração de protocolo de colaboração com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria, no âmbito da candidatura ao POVT, foi assumido compromissos no ano de 2014 no valor de 1.047,12 euros no âmbito do **Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVVL.**

Considerando o atraso na execução física do referido projeto verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2015, por conta deste projeto até ao valor de 1.047,12 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/ 08050106 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/A/177.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/177 com a designação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

“CANDIDATURA AO POVT - "PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS" - AÇÕES MATERIAIS”, com uma dotação de 3.421,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativo ao Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVVL, até ao valor de mil e quarenta e sete euros e doze cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

73 - P.A. N.º 57/2013-AP/DISU – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PELO PERÍODO DE 12 MESES
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/A/3 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

930 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o **P.A. n.º 57/2013-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica em média e em baixa tensão especial pelo período de 12 meses** foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 5/2014 de 13/01/2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 511.675,19 euros e no ano de 2015 de 56.850,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 97.135,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399 e ação do Plano de Atividades Municipal 2013/A/3.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição 57.049 euros de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/A/3 com a designação “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS”, para uma dotação de 97.135,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 57/2013-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica em média e em baixa tensão especial pelo período de 12 meses, até ao valor de noventa e sete mil, cento e trinta e cinco euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

74 - PA N.º 29/2011 - AP/DASUP/AAS – PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL E PRODUÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2011/A/5 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

931 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o **P.A. n.º 29/2011-AP/DISU – Prestação serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital de documentos**, foi efetuada a adjudicação da mesma, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 51.225,03 euros e no ano de 2015 de 7.317,85 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 10.882,58 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 03/020220 e ação do Plano de Atividades Municipal 2011/A/5.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição 8.000 euros de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2011/A/5 com a designação “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS”, para uma dotação de 17.950,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 29/2011-AP/DISU – Prestação serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital de documentos, até ao valor de dezassete mil, novecentos e cinquenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

75 - PA N.º 55/2014-AP/DCD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES A ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA INSCRITOS NAS ATIVIDADES DE COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/61 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

932 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o **P.A. n.º 55/2014-AP/DCD – Prestação de serviços de fornecimento de lanches a alunos dos jardins-de-infância inscritos nas atividades de componente de apoio à família, para o ano letivo 2014/2015**, foi efetuada a adjudicação da mesma através do Despacho n.º 406 de 08.09.2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 6.642,00 euros e no ano de 2015 de 12.309,84 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 13.040,96 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/61.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição 12.500 euros de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/61 com a designação **“PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO ANO LETIVO 2014/2015-ALIMENTAÇÃO”**, para uma dotação de 13.196,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 55/2014-AP/DCD – Prestação de serviços de fornecimento de lanches a alunos dos jardins-de-infância inscritos nas atividades de componente de apoio à família, para o ano letivo 2014/2015, até ao valor de treze mil, cento e noventa e seis euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

76 - P.A. N.º 50/2014-AP/DCD- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE VIEIRA DE LEIRIA, EB1 DA PASSAGEM E EB1 ANTÓNIO VITORINO PARA O ANO LETIVO 2014/2015 E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO A FREQUENTAR AULAS NO PÓLO DA EB 2/3 GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO 2014/2015
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/67 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

933 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o **P.A. n.º 50/2014-AP/DCD – Fornecimento de refeições a alunos do jardim-de-infância de Vieira de Leiria, EB1 da Passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2014/2015** foi efetuada a adjudicação da mesma, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 8.527,67 euros e no ano de 2015 de 14.788,87 euros, IVA isento.

Considerando ainda a realização de procedimento de contratação excluída (protocolo de colaboração) para o **Fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo a frequentar aulas no pólo da EB 2/3 Guilherme Stephens para o ano letivo 2014/2015**, foi efetuada a adjudicação da mesma, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 12.860,50 euros e no ano de 2015 de 19.326,00 euros, IVA isento.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 36.060,00 euros (IVA isento), no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/67.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição 34.500 euros de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/67 com a designação “ALIMENTAÇÃO NOUTRAS ESCOLAS - ANO LETIVO 2014/2015”, para uma dotação de 36.060 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 50/2014-AP/DCD – Fornecimento de refeições a alunos do jardim-de-infância de Vieira de Leiria, EB1 da Passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2014/2015 e ao Fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo a frequentar aulas no pólo da EB 2/3 Guilherme Stephens para o ano letivo 2014/2015, até ao valor de trinta e seis mil e sessenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

77 - P.A. N.º 68/2014-AP/DAM – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/184 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

934 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o P.A. n.º 68/2014-AP/DAM – **Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas**, foi aberto procedimento para a mesma atento Despacho n.º 483/2014 de 27/10/2014, tendo sido cabimentada a dotação de 21.402,00 euros, IVA incluído, em 2014 e 14.268,00 euros no ano de 2015.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 35.670 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2015.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020214 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/184.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando a inscrição na 17.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 3.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/184 com a designação “TARIFÁRIOS E REGULAMENTOS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DA AAS”, com uma dotação de 21.500,00 euros no ano de 2014 e 14.500,00 euros no ano de 2015;

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/184 com a designação “TARIFÁRIOS E REGULAMENTOS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DA AAS”, para uma dotação de 35.670,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 68/2014-AP/DAM – Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas, até ao valor de trinta e cinco mil, seiscientos e setenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

78 - P.A. N.º 23/2014-AP/DFTI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO (INTERNET, REDE MÓVEL E REDE FIXA) PARA O PERÍODO DE 24 MESES, COM INÍCIO A 1 DE JULHO DE 2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/2, 2014/A/13 E 2014/A/14 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

935 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o **P.A. n.º 23/2014-AP/DFTI – Prestação de serviços de telecomunicações do Município (Internet, rede móvel e rede fixa) para o período de 24 meses, com início a 1 de julho de 2014**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 231-AP/DFTI /2014 de 16.06.2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 21.913,43 euros, no ano de 2015 de 43.826,87 euros e no ano de 2016 21.913,44 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020209 e ações do Plano de Atividades Municipal 2014/A/2, 2014/A/13 e 2014/A/14.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais, para a ação 2014/A/2, até ao valor de 27.251,76 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, foi prevista a dotação de 25.265,00 euros para a assunção desta despesa nos anos de 2015 e 2016 no que respeita à ação 2014/A/2 - COMUNICAÇÕES FIXAS EM DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS (ESCOLAS E OUTROS).

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/2 com a designação “COMUNICAÇÕES FIXAS EM DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS (ESCOLAS E OUTROS)”, para uma dotação de 27.252,00 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 23/2014-AP/DFTI – Prestação de serviços de telecomunicações do Município (Internet, rede móvel e rede fixa) para o período de 24 meses, com início a 1 de julho de 2014, até ao valor de vinte sete mil, duzentos e cinquenta e dois euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

79 - PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO POPULAR PARA A REATIVAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS DA FONOTECA MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA, NO PERÍODO DE JULHO/2012 A JUNHO/2014
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2010/A/138 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

936 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando o protocolo celebrado a 2 de setembro de 2010, na sequência de deliberação de câmara de 12 de agosto de 2010, **entre o Município da Marinha Grande e a Biblioteca de Instrução Popular para a reativação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal de Vieira de Leiria**, foi efetuada a renovação prevista na cláusula 12.^a do referido protocolo, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 3.480 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/040701 e ações do Plano de Atividades Municipal 2010/A/138.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 3.480 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.^o do Decreto-Lei n.^o 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.^o 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.^a Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2010/A/138 com a designação “FONOTECA DE VIEIRA DE LEIRIA”, para uma dotação de 3.480 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.^o 3.^o da Lei n.^o 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.^o 1 do art.^o 6.^o da Lei n.^o 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.^o 1 do artigo 33.^o, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Biblioteca de Instrução Popular para a reativação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal de Vieira de Leiria, no período de julho/2012 a junho/2014, até ao valor de três mil quatrocentos e oitenta euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.^o 1 do artigo 6.^o da Lei n.^o 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

8o - PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A CRIAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS DA FONOTECA MUNICIPAL DA MOITA, NO PERÍODO DE JULHO/2014 A JUNHO/2017

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/145 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014

937 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando o protocolo celebrado a 2 de setembro de 2010, na sequência de deliberação de câmara de 12 de agosto de 2010, **entre o Município da Marinha Grande e o Clube Desportivo Moitense para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita**, foi efetuada a renovação prevista na cláusula 12.ª do referido protocolo, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 2.970,78 euros, no ano de 2015 de 5.941,56 euros, no ano de 2016 de 5.941,56 euros e no ano de 2017 de 2.970,78 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/040701 e ações do Plano de Atividades Municipal 2014/A/145.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 8.912,34 euros, no ano de 2015.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, apenas foi prevista a inscrição 6.000 euros de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2015.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 4.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/145 com a designação “FONOTECA DA MOITA”, para uma dotação de 8.913 euros para o ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e Clube Desportivo Moitense para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita, no período de julho/2014 a junho/2017, até ao valor de oito mil, novecentos e treze euros, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

81 - AUTORIZAÇÃO PARA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

938 - A Lei do Orçamento de Estado (LOE) para o ano de 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 13/2014 de 14 de março e Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro, estabelece nos termos do art.º 94.º n.º 5, que o aumento de receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos deve ser utilizado para pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2013 ou para redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

Considerando que a 30 de setembro a Autoridade Tributária e Aduaneira remeteu, via email, à autarquia a variação de receita do IMI resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana.

Considerando que de acordo com informação recebida verificou-se uma variação positiva resultante do processo de avaliação no valor de 44.101,94 euros.

A Câmara Municipal, após a análise da informação e para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 94.º da LOE 2014 na sua redação atual, delibera, nos termos do preceituado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização para a amortização extraordinária dos seguintes empréstimos de médio e longo prazo, nos termos do n.º 4 do artigo 25.º do mesmo diploma:

- **Empréstimo n.º 182962830003, contratualizado com o Banco Português de Investimentos, no valor de 32.284,08 euros;**
- **Empréstimo n.º 182962830014, contratualizado com o Banco Português de Investimentos, no valor de 25.420,71 euros.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

82 - RELATÓRIO E CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M., UNIPESSOAL, S.A.

939 - Considerando que nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a empresa municipal deve facultar ao órgão executivo os relatórios trimestrais de execução orçamental, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade desenvolvida pela empresa municipal.

Presentes Contas Semestrais relativas ao 1.º semestre de 2014 e Parecer do Fiscal Único da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal S.A..

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara Municipal, tomando conhecimento do teor dos mesmos, delibera que estes sejam remetidos ao Órgão Deliberativo para cumprimento do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

83 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA. RELAÇÃO DAS DECISÕES DE ADJUDICAÇÃO.

940 - Considerando que a Câmara Municipal da Marinha Grande, em reunião 20/03/2014 deliberou, de acordo com os artigos 34.º, n.º 1 e 33.º, n.º 1, alínea f), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e com o artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delegar no seu Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, a competência para autorizar a realização de despesa até ao montante de trezentos e cinquenta mil euros.

Considerando que na mesma reunião foi ainda deliberado que, devem ser remetidas para conhecimento da Câmara Municipal todas as decisões de adjudicação tomadas ao abrigo da delegação supra referida.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/051/2014 de 07-11-2014 referente à relação das decisões de adjudicação, nos termos da delegação de competência para autorização da despesa até ao montante de trezentos e cinquenta mil euros.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, tomar conhecimento da decisão de adjudicação determinada pelo Sr. Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 20/03/2014, na qual foi deliberado delegar no seu Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, a competência para autorizar a realização de despesa até ao montante de trezentos e cinquenta mil euros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

84 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

941 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de outubro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de outubro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

85 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013

942 - Presente informação n.º 83SAB/2014 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada a garantia bancária n.º n00395122 de 16.10.2014 no montante de 14.100,00 euros emitida pelo Novo Banco, S.A..

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, aceitar a referida garantia bancária e restituir a importância de 5.109,83 € ao adjudicatário CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A., retidos através das guias n.º 1226/1 de 31.07.2014, 1353/1 de 08.09.2014 e 1461/1 de 30.09.2014 e da guia n.º 1701/1/2014, nos termos do mapa que consta da informação n.º 83SAB/2014 de 5 de novembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

86 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES

943 - Por deliberação tomada em reunião ordinária do Executivo Municipal do pretérito dia 19 de junho de 2014, foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento de Exercício da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes.

Por força do previsto no n.º 8 do artigo 20.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, a aprovação do regulamento do comércio a retalho não sedentário deve ser precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, as quais dispõem de 15 dias, a contar da data da comunicação, para se pronunciarem.

Nestes termos, foram ouvidas a Associação de Vendedores Ambulantes Portugueses, a Deco - Associação Nacional de Defesa do Consumidor, a Federação Nacional das Associações de Feirantes e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande. Foram ainda consultadas as Freguesias do território da Marinha Grande, as Forças de Segurança, a Autoridade Marítima Nacional e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P..

Desta consulta, tornou-se necessário ponderar as sugestões e observações colhidas durante a fase participativa acima referida, por este facto, o projeto de regulamento não foi

submetido à aprovação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do passado dia 27 de junho de 2014.

Assim, é apresentado, em anexo à presente proposta, documento, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, onde se encontram vertidas as sugestões apresentadas em sede de audiência prévia, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo municipal.

A Câmara Municipal, no uso da competência conferida n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, o presente Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

87 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

944 - O Clube de Atletismo da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização 9ª Corta Mato Jovem Rota do Vidro;

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Publicidade alusiva a diversos eventos no período de 13 a 30 de novembro de 2014;

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de espectáculo de entretenimento nos dias 28 e 29 de novembro de 2014;
- Publicidade alusiva ao evento;

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras, para realização Passeio BTT, no dia 7 de dezembro de 2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Presentes informações nºs 80/AF, 81/AF, 82/AF e 83/AF de 10 de novembro de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar ao Clube de Atletismo da Marinha Grande, o Sport Império Marinhense, a Associação Humanitária de Bombeiros voluntários de Vieira de Leiria e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1ª de Janeiro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

88 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

945 - Presente os requerimentos:

- E/7017/2014, da requerente José da Silva Oliveira, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 129 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- E/6984/2014, da requerente Sandra Dalila Ferreira Gamboa, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 98 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 7/AF e 8/AF de 10 de novembro de 2014, onde se confirma o que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar o José da Silva Oliveira, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 129 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais e a Sandra Dalila Ferreira Gamboa, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 98 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 20351/2 de 9-10-2014, no valor de 1.000,00€, em nome de José da Silva Oliveira, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 129 e a guia de receita nº 16628/2 de 5-09-2014, no valor de 1.000,00€, em nome de Sandra Dalila Ferreira Gamboa, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 98, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

89 - ESTORNO ÀS GUIAS DE RECEITA Nºs 22060/2 DE 31-10-2014 E 20082/2 DE 03-10-2014

946 - Presente informação nº I/1423/2014, de 06-10-2014, onde se retrata a factualidade ocorrida na emissão e recebimento da guia de receita nº 20082/2, no valor de 108,91€ para pagamento da taxa para a inspeção periódica de elevador, erradamente em nome de ThyssenKrupp Elevadores S.A, quando deveria ter sido emitida em nome Hotéis Cristal, Empreendimentos Turísticos, S.A.,

Presente informação nº I/1599/2014, datada de 11-11-2014, onde se relata a situação ocorrida na emissão e recebimento da guia de receita nº 22060/2 em nome de Adelino Matias Abrunheiro, no valor de 132,00€, relativa a juros de mora de concessão a título perpétuo de sepultura do cemitério de Casal Galego.

Relativamente à guia de receita nº 22060/2 cumpre informar que já foi substituída pela guia de receita nº 22064/2 de 31-10-2014 no valor de 1,32€, pelo que importa ressarcir a trabalhadora Cirna Paiva, através da emissão de estorno do valor de 132,00€, uma vez que no mapa de fecho de caixa do dia 31-10-2014 constava a cobrança dessa verba através da referida guia de receita, que foi reposta à custa da trabalhadora e entregue, no final do dia, na Tesouraria da Câmara Municipal.

Relativamente à guia de receita nº 20082/2, deverá ser emitido um estorno à mesma para que possa ser recebida a guia de receita nº 20189/2, emitida corretamente.

Assim, a Câmara Municipal delibera autorizar o estorno às guias de receita nº 22060/2 de 31-10-2014 e nº 20082/2 de 03-10-2014, e a devolução do valor de 132€ à trabalhadora Cirna Paiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**90 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL -
REQUERENTE: EDGAR NETO MOLEIRINHO – MANDATÁRIO: DR. VITOR HUGO
APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL**

947 - Presente requerimento apresentado em 02-04-2014, assinado por Edgar Neto Moleirinho, portador do Bilhete de Identidade n.º 117749985, titular do NIF 216110718, residente na Rua Machado Santos, n.º 20, freguesia e concelho de Marinha Grande, e pelo seu mandatário, Dr. Vitor Hugo, legalmente constituído por procuração anexa, no qual não efetua qualquer pedido concreto a esta Câmara Municipal, limitando-se a dar conta de um acidente de viação que sofreu no dia 10-02-2014, pelas 08H30, quando circulava com a sua viatura automóvel na Estrada Nacional 535, sentido Casal Galego-Casal dos Claros, e passou por cima de um buraco existente na faixa de rodagem, junto à berma direita, danificando os dois pneus do lado direito da viatura. Refere ainda ter despendido a quantia de 765,50€ na reparação da viatura.

Presente Informação jurídica n.º I/934/2014-FO, de 26-06-2014, na qual se apreciaram os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

Em reunião realizada no dia 17-07-2014, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/2704/2014, de 22-07-2014, que foi recebido em 24-07-2014, pelo seu mandatário.

O requerente apresentou alegações, tempestivamente, em 05-08-2014 e solicitou a realização de novas diligências de prova testemunhal.

Presente informação jurídica n.º I/1512/2014, de 27-10-2014, se concluiu que nem das alegações do lesado nem dos depoimentos das testemunhas inquiridas resultou demonstrada e sustentada prova suficiente e inequívoca da inexistência de qualquer sinalização de perigo no local do acidente, susceptível de afastar a demonstração efetuada pela Câmara Municipal de que cumpriu com os seus deveres de sinalização temporária dos obstáculos existentes naquela via de circulação, designadamente quanto aos perigos existentes na faixa de rodagem.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da primeira informação n.º 1/934/2014-FO, e com a apreciação das alegações e da prova testemunhal efectuada pela informação 1/1512/2014-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Edgar Neto Moleirinho e pelo seu mandatário, Dr. Vitor Hugo, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

91 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

948 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Arranjo paisagístico da Ribeira das Bernardas – Vala Real – Troço de Casal do Malta – Concurso público n.º 04/2002”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 17 de julho de 2003, à empresa “Jardimagem Construção e Manutenção de Espaço Verdes, Lda.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

92 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A RENDAS EM ATRASO DE AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA, ARRENDATÁRIO RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 99, CAMARNAL.

949 - Presente informação n.º 1571 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 5 de novembro do corrente ano, a dar conta da liquidação de algumas rendas em débito por parte do arrendatário em causa e da intenção do mesmo em celebrar um novo acordo de regularização de dívida atendendo ao valor, agora, em dívida.

Considerando que, o arrendatário em causa liquidou a 3 de novembro do corrente ano, algumas rendas que tinha em débito, num total de 514.24€;

Considerando que, atualmente o valor em dívida é de 1.185,83€;

Considerando que o indivíduo em causa, não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 36 prestações mensais, no valor unitário de 32,94€ (trinta e dois euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual.

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 1.185,83€ (mil cento e oitenta e cinco euros e oitenta e trinta cêntimos) em 36 prestações mensais, no valor unitário de 32,94€ (trinta e dois euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

93 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SOCIAL AO CANDIDATO ALEXANDRU PRICOP, ADMITIDO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL.

950 - Presente informação n.º 1565 da D.C.D., datada de 4 de novembro de 2014, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais um candidato admitido no âmbito do procedimento concursal para atribuição de habitações sociais.

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e, de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, de acordo com informação prestada pela DISU, a habitação social em causa encontra-se em condições de ser atribuída;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando que, a composição do agregado familiar contemplado, nesta fase, se adequa à tipologia habitacional a atribuir;

Considerando que, o candidato admitido e convocado nesta fase, aceitou a habitação que lhe foi proposta,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, atribuir para arrendamento a habitação social abaixo indicada ao seguinte candidato:

Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENTA/14
L	Alexandru Pricop	3.º Esq.º	T1	5,05€

Mais delibera que, o valor da renda indicado anteriormente e, calculado nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do próximo mês de dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

94 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DO ARRENDATÁRIO RUI MANUEL SOARES CUNHA, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º DIREITO, CASAL DE MALTA, PARA ENTRADA EM VIGOR EM JANEIRO DO PRÓXIMO ANO.

951 - Presente informação n.º 1541 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 4 de novembro do corrente ano, referente à necessidade de atualização do valor da renda da habitação social do inquilino mencionado em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à atualização da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do quadro seguinte:

Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
M	Rui Manuel Soares Cunha	1.º Dto	17/09/2010	20,85€	20,43€

Mais delibera que, a renda calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do 1.º dia útil de janeiro do próximo ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

95 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 49, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 49, CAMARNAL – ANTÓNIO JOSÉ DIAS PEREIRA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

952 - Presente informação n.º 1538 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 3 de novembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do indivíduo em causa;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Bairro do Camarnal:

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/14 (JUN.º)	RENTA/14 (DEZ.º)
António José Dias Pereira	49	02/05/2013	5,24€	5,05€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 5,05€ (cinco euros e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1.º dia útil de dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

96 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL

953 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
Associação Social, Cult. e Desportiva de Casal Galego	Feira de Artesanato e Gastronomia	501540563	12.500,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

97 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO. ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO. RECTIFICAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.

954 - Presente informação de 7 de novembro de 2014, na sequência do pedido de alteração do objeto do contrato, remetido pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego em 17 de setembro de 2014.

Considerando que a entidade remeteu candidatura para a atribuição de apoio financeiro em 18 de setembro de 2013, conforme registo de entrada n.º 7328/2013, com o objetivo e promover no dia 1 de junho de 2014 o *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara, datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão da candidatura, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, para o seguinte objeto *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que através de deliberação de câmara de 19 de junho foi aprovado o apoio financeiro de 250,00€ para a entidade no âmbito da candidatura para o *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que a entidade remeteu, em 3 de julho de 2014, informação do adiamento do evento para o mês de setembro, não tendo sido, por esse motivo celebrado qualquer contrato-programa.

Considerando que a entidade remeteu nova informação, em 17 de setembro de 2014, a informar que não realizaram o *“11.º Passeio de Cicloturismo”* e em substituição promoveram em 7 de setembro de 2014 a 1.ª Prova de Motocross do Troféu *“Rocket Challenge”*.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento determina que *“A não realização da atividade ou do projeto objeto da participação municipal implica a perda automática do apoio ou dos benefícios concedidos”*

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera propor a perda automática do apoio concedido em deliberação de câmara, datada de 19 de junho de 2014, em nome da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, em virtude de não ter sido realizada a atividade proposta, concedendo ao requerente, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

98 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL. ACIMG – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE. INDEFERIMENTO. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Assunto retirado da ordem do dia.

99 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de novembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.383.629,11€** (sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e nove euros e onze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

955 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15:35 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião